

## Sessão 3 – Texto 014

### **Muditinerente: o museu vai a comunidade**

Área Temática: Educação

**Gustavo Faccin Andreotti<sup>1</sup>, Óliver Gustavo de Vargas<sup>2</sup>, Ana Paula Vidotti<sup>3</sup>,  
Vinícius Silva Guizellini<sup>4</sup>, Karile Cristina da Costa<sup>4</sup>, Carla Cristina de Oliveira  
Bernardo<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Aluno do curso de Ciências Biológicas, bolsista PIBEX/UEM, contato:  
gustavofaccinandreotti@gmail.com

<sup>2</sup>Aluno do curso de Biomedicina, bolsista PIBIS/FA, contato: olivergrossi@hotmail.com

<sup>3</sup>Professora do Departamento de Ciências Morfológicas/Coordenadora do MUDI contato:  
apvidotti@gmail.com

<sup>4</sup>Alunos do curso de Ciências Biológicas, bolsistas Central de Estágio, PEC/MUDI, contato:  
eventosdomudi@gmail.com

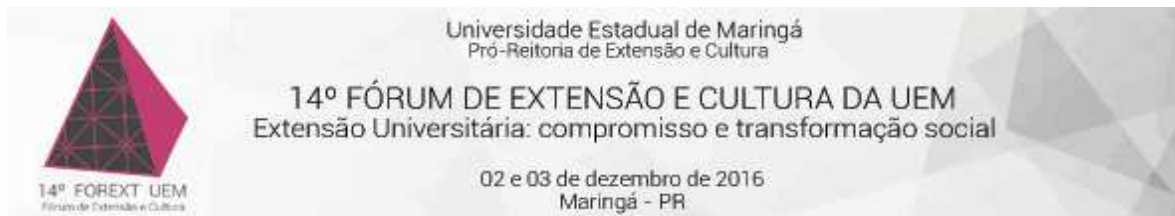
**Resumo.** *O MUDITINERANTE objetiva a divulgação científico-tecnológica para comunidades que estão excluídas dos locais de produção e divulgação científica, como as populações que habitam a periferia de cidades de médio porte ou pequenas onde inexitem museus e centros de ciências. O projeto visa transpor os muros da universidade e levar suas experiências vivenciadas até a comunidade e trazer para a universidade o que se aprende e vivencia-se, servindo de base para novas ações que serão levadas à comunidade. Em 2016 foram efetivadas 3 ações itinerantes e empréstimos de peças para diferentes atividades em Maringá e região, apresentados através de jogos, shows e exposições. Ainda para o mês de novembro, entre os dias 7 e 11 ocorrerá a participação do MUDITINERANTE no Ficiências em Foz do Iguaçu, feira que integra estudantes e professores de diferentes níveis de ensino do Paraná, Paraguai e Argentina.*

**Palavras-chave:** *divulgação científica – educação não formal – museu de ciências*

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com a Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências (ABCMC), no ano de 2015, 268 museus de Ciências foram cadastrados no Brasil, o que permite uma popularização ainda modesta das ciências, por constituírem-se, na grande maioria, centros e museus de pequeno porte. A colaboração entre Universidade e os centros de ciências oferece uma rede mais ampla de possibilidades para abordar os problemas.

Nos museus de ciências, destaca-se o papel educativo desenvolvido a partir de ações diversificadas, por meio de práticas da chamada pedagogia museal, a qual pode ocorrer a transposição didática Marandino, (2004). Contudo, o processo ensino e aprendizagem desenvolvido nos espaços de educação não formal como os museus possui especificidades, e é preciso compreender qual a contribuição particular que esses locais podem dar para a educação ao longo da vida Marandino, (2008).



Diante deste panorama dentre os programas institucionais de extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM) destaca-se o Programa Museu Dinâmico Interdisciplinar (PROMUD), que teve início em 1985, a partir do Centro Interdisciplinar de Ciências visando integrar a universidade à Educação Básica e à comunidade em geral e que neste ano de 2016 tornou-se um órgão suplementar da PEC/UEM. Atualmente é o maior Museu de Ciências do Estado do Paraná e o segundo maior Museu de Ciências do Sul do Brasil. É um centro de Educação não formal que interage constantemente com a comunidade por meio de visitas, palestras, cursos, programas de rádio, mídias eletrônicas, publicação de livros e artigos, espetáculos teatrais e musicais e eventos itinerantes. Todas as ações têm como eixo central a redução da distância entre o conhecimento científico e a população em geral.

O projeto Muditinerante: o museu vai a comunidade (Processo nº 231/2005 – PRO) ou boa parte dele tem como principal objetivo a divulgação científica e tecnológica para comunidades que por motivos diversos estão excluídas do contato com os meios e locais de produção e divulgação científica, em especial as populações que habitam a periferia de cidades de médio porte ou cidades pequenas do interior onde não existem museus ou feiras de ciências.

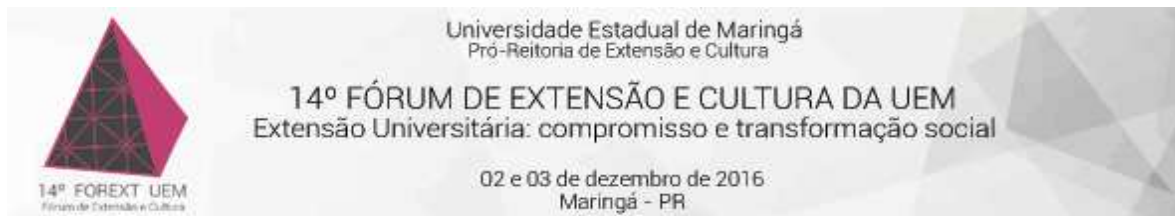
Integrando a essa proposta alternativas de desenvolvimento e capacitação de acadêmicos das Universidades, preparação dos professores das escolas para interagirem com o MUDI, combinar o processo de popularização da ciência proposto, com a educação inicial e continuada de professores da área científica, visando principalmente à preparação dos atuais e futuros docentes para o envolvimento no processo, bem como atendimento às necessidades de complementação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, além de oportunizar uma exposição interativa para as comunidades solicitantes.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O Museu Itinerante é constituído basicamente por peças, materiais e experimentos duplicados do acervo preparado para MUDI. Neste processo estão envolvidos o museu com sua equipe formada por docentes de diversos departamentos da UEM, discentes monitores bolsistas ou não da UEM, discentes ou monitores voluntários da comunidade externa e servidores técnicos capacitados para a montagem e exposição do Muditinerante em eventos científico-culturais em espaços alternativos a que é solicitado.

Além destes, contamos com a parceria feita entre o poder público municipal, núcleos regionais de educação, escolas e líderes de comunidade, Associação SER – Sociedade Eticamente Responsável, e dentro da UEM a Reitoria, Pró Reitoria de Extensão e Cultura e diversos departamentos.

As atividades itinerantes acontecem mediante agendamento por contato prévio das cidades, escolas e instituições, período de realização e disponibilidade da equipe, estabelecendo-se assim uma parceria entre o MUDI e os solicitantes que ficam encarregados de todos os trâmites necessários para que o evento transcorra dentro de seu objetivo maior, que é o de atender a comunidade a qual o Museu Itinerante está expondo. São oferecidos shows de química e física, jogos matemáticos, exposições biológicas com animais taxidermizados, esqueletos e peças anatômicas variadas comparando o aspecto normal e o patológico dos órgãos e relacionando-as com as



doenças, peças anatômicas, modelos e próteses dos aparelhos reprodutores masculino e feminino para discussões sobre doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, espaço segundo cérebro, projeto tabagismo espaço de cultivo de flores ornamentais e de interesse biológico como orquídeas e bromélias, dentre outros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os objetivos de popularização da ciência, de alfabetização científica, de complementação de aprendizagens formais feitas no contexto escolar têm sido concretizados em elevado nível nas exposições. A isso se acrescenta a possibilidade de atingir um público sem condições de pagar seu deslocamento ao MUDI, propiciando dessa forma uma socialização ainda maior do conhecimento científico

Neste ano de 2016, em decorrência dos ajustes feitos no calendário da UEM frente a greve de 2015, passamos por períodos difíceis para concretizar o atendimento as solicitações, uma vez que os editais para bolsas de extensão, as capacitações de monitores, o calendário das escolas estaduais ou não, período de férias, enfim, acabaram por não coincidirem.

Realizamos 04 atividades de itinerância até o momento: Feira de Ciências do Colégio Adventista de Maringá, alcançando a média de 300 pessoas; Semana de Integração da Escola com a Comunidade no Colégio Estadual Dirce de Aguiar Maia de Maringá, com a participação de 200 pessoas em média; Exposição de Crânios e Diversidade Brasileira na Escola Oxigênios de Santa Fé, alcançado um público de cerca de 500 pessoas e a Exposição dos Vírus mortais e a Humanidade, que ocorreu na Escola João XXIII atendendo em torno de 200 pessoas.

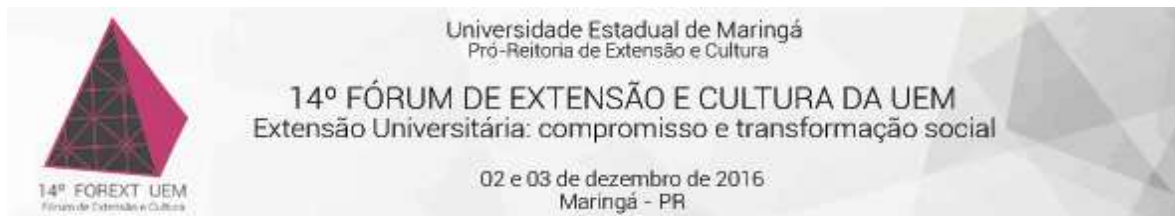
Para a semana de 07 a 11 de novembro o MUDITINERANTE participará da Ficiências em Foz do Iguaçu, feira que integra estudantes e professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior do Paraná – Brasil; Alto Paraná, Canindeyu e Caaguazú – Paraguai; e a Província de Misiones – Argentina, com expectativa de público de mais de 5000 pessoas.

Estas atividades consistem em um importante meio de divulgação do MUDI e colaboram para socializar os conhecimentos científicos e tecnológicos, ao mesmo tempo que fortalecem as relações entre universidade e comunidade.

Durante as atividades itinerantes o público se mostra muito participativo, interessado e interagindo, com indagações sempre no sentido da busca por conhecimento. Através da troca de experiências entre as diferentes formas de conhecimento é possível melhorar a qualidade de vida da comunidade usando a bagagem dos acervos dos museus. Um museu itinerante, segundo Federsoni et al., (2000), com conteúdo compacto e representativo daquilo que se quer expor pode ser uma ferramenta de extrema importância na educação não formal de uma determinada região ou comunidade.

## **CONCLUSÃO**

As ações do Muditinerante constituem oportunidade para reforçar e estabelecer interação efetiva entre Universidade e comunidade, bem como ampliar o público alcançado pelo museu, sendo uma importante metodologia de educação não formal, que contribui sobremaneira para a formação de cidadãos ao socializar o conhecimento científico e



tecnológico.

## REFERÊNCIAS

Federsoni Junior, P. A.; Vitiello, N.; Calixto, S.C.R.; Severino, R. (2000) “*Museu itinerante e seu papel como agente de educação ambiental*”. Disponível em: [www.biologico.sp.gov.br](http://www.biologico.sp.gov.br) Acesso em: 26/02/2016.

Marandino, M. (2004) “*Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências*”. *Revista Brasileira de Educação*, v.26, p. 95-108.

Marandino, M. (2008) Ação educativa, aprendizagem e mediação nas visitas aos museus de ciências. In: *Massarani, L. Workshop Sul-Americano e escola de mediação em Museus e Centros de Ciência*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

## Sessão 3 – Texto 020

### **Alçando voos na comunidade: as ações do Projeto Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR.** **Área Temática: Educação**

**Daise N. S. Neri<sup>1</sup>, Lucas H. da Luz<sup>2</sup>, Luiz H. da S. Nunes<sup>3</sup>, Vanessa M. de Souza<sup>4</sup>,  
Paula M. Natali<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Educação Física bolsista PIBIS – UEM, contato: daisenatielen@outlook.com

<sup>2</sup>Aluno do curso de Educação Física, contato: lucasnba147@gmail.com

<sup>3</sup>Aluno do curso de Educação Física, bolsista DEX-UEM, contato: luiznunes11@hotmail.com

<sup>4</sup>Aluna do curso de Educação Física, bolsista PIBIS-UEM, contato:  
vanessamartinssouza2014@gmail.com

<sup>5</sup>Prof.<sup>a</sup> do Campus Regional do Vale do Ivaí - UEM, contato: paulamnatali@gmail.com

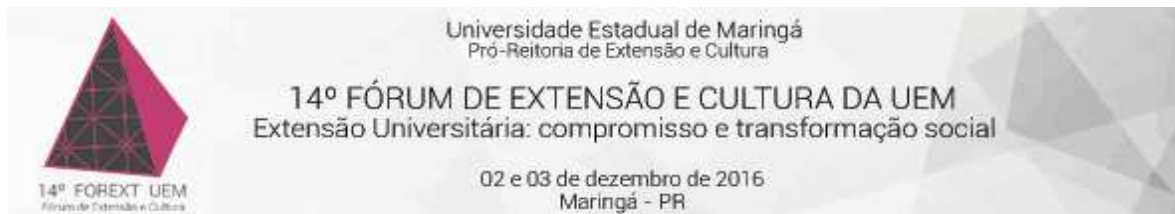
**Resumo.** *O trabalho trata de ações educativas fruto das intervenções realizadas no Projeto de extensão Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivaí. Neste texto analisamos os voos alçados junto a diferentes esferas comunitárias pelos educadores sociais que atuam no projeto de extensão com uma estratégia lúdico-político-pedagógica. As ações do projeto de extensão são desenvolvidas com crianças e adolescentes com direitos violados moradores da Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã-Pr. Apontamos que nos relatórios semanais das atividades foi possível identificar ações que ocorrem em relação as esferas comunitárias do bairro que contribuem para a formação dos educadores e, identificamos uma rede de atuação que se forma com a escola, conselho tutelar, pais e comunidade em geral.*

**Palavras-chave:** *Educação Social – Comunidade – Direitos.*

## 1. INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo explicitar os processos educativos desenvolvidos na ação extensionista na comunidade em que ocorrem as ações do projeto Brincadeiras. O projeto de extensão universitária “Brincadeiras com meninas e meninos do Vale do Ivaí” tem o objetivo de brincar de forma orientada com crianças e adolescentes com direitos violados, atuando com uma estratégia lúdico-político-pedagógica. Este projeto que ocorre desde 1997 na cidade de Maringá e Sarandi no Paraná pertence ao PCA- Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá-UEM, se desenvolve com o apoio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-Comissão Local de Maringá e da Associação de Educadores Sociais de Maringá-AESMAR.

Na cidade de Ivaiporã, as atividades iniciaram em março de 2014, com a participação de acadêmicos do curso de Educação Física do Campus Regional do Vale do Ivaí-UEM. As atividades do projeto são compostas pelos encontros em



grupo, onde são realizados estudos coletivos e sistematizados sobre Educação Social, Educação Popular, Jogos e Brincadeiras e o Estatuto da Criança e do Adolescente e as intervenções no bairro com as crianças e adolescentes.

Os estudos realizados pelos educadores sociais em formação do projeto se fundamentam principalmente, com o intuito compreender a garantia de direitos das crianças e adolescentes e de atuar com as crianças e adolescentes no sentido de ensinar e garantir sua participação social (MULLER, 2012).

## 2. DESENVOLVIMENTO

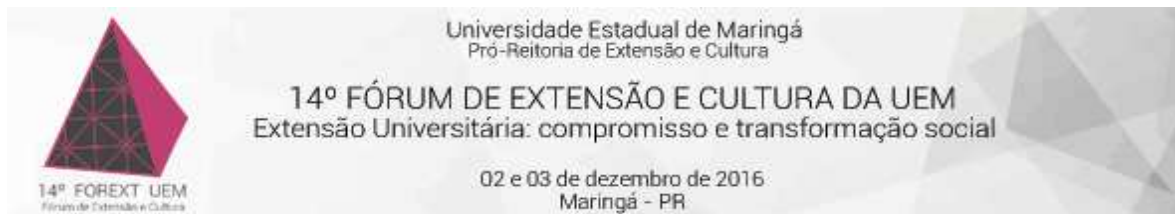
As intervenções do projeto acontecem todas as terças-feiras, a partir das 17 horas na praça do bairro Vila Nova Porã, onde são desenvolvidas as ações junto às crianças e adolescentes como jogos, atividades recreativas, brincadeiras tradicionais, brincadeiras cantadas e discussões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Em um segundo momento, apenas com os acadêmicos e a coordenadora do projeto acontecem às discussões das atividades realizadas, planejamento das ações educativas e os participantes produzem relatórios registrando tudo que aconteceu e suas reflexões a respeito daquela intervenção educativa produzindo material para fomentar as pesquisas desenvolvidas pelos acadêmicos, estudos e debates teóricos.

O projeto tem como princípio nas suas ações lúdico-política-pedagógicas, o respeito, compromisso, inclusão, participação e o diálogo (MULLER E RODRIGUES, 2002, p.41). Vamos expor nesta oportunidade os voos que fomos alcançando na comunidade a partir da ação educativa sistemática e inserção comunitária que fomos delineando, estas ações serão aqui relatadas a partir dos relatórios semanais dos acadêmicos.

Sobre a relação de confiança com os pais das crianças: o projeto é desenvolvido em uma praça, alguns pais vão se aproximando com seus filhos, enquanto outros nunca apareceram em nosso local de trabalho. Podemos contar sobre a T. adolescente com deficiência intelectual que aos poucos foi se integrando as atividades do projeto e a partir dos princípios fomos criando uma relação entre educadores e a educanda, sua mãe sempre a acompanhava de perto nas atividades do projeto, entretanto com o vínculo criado, hoje T. está inserida nas atividades e quando sua mãe não vai até a praça buscá-la ao final os educadores se responsabilizam em leva-la para casa. A seguir um relato da inserção de T.

[...] teve uma hora que a T. jogou, ela e uma educadora, e eu auxiliando, e ela se desenvolveu muito bem na brincadeira e ainda ganharam aquela partida. L. H. (relatório do educador)

Em todo o processo vemos implicando com T. uma relação de participação e inclusão que acontece “por meio dos jogos e brincadeiras desenvolvidas no bairro, independente do número de criança ou sexo, raça, religião ou qualquer tipo de diferença” (MULLER E RODRIGUES, 2002, p.42).



A comunidade, como por exemplo, os comerciantes do entorno da praça já estão acostumados e são solidários com as atividades do projeto, oferecem água para os educadores- a praça não tem bebedouro- e se preciso colaboram até com a organização de uma brincadeira.

[...] um garoto chamado L. falou que arranjava bolinha se a gente conseguisse os tacos para brincar de bet's, e eu e mais alguns educadores saímos atrás dos tacos. Fomos ao bar ali na frente da praça, e pedimos a dona se podíamos pegar umas madeiras que tinha ali do lado pra fazermos de taco, ela liberou, então pegamos as madeiras montamos os tacos e pegamos os litros, e separamos as duplas pra iniciar a brincadeira [...]

Um dos princípios da ação educativa, que é o compromisso (MULLER E RODRIGUES, 2002), reflete na presença constante e sistemática dos acadêmicos no bairro, o que leva atualmente, depois de 2 anos de intervenção, uma naturalização da presença da UEM (como os moradores dizem) na comunidade.

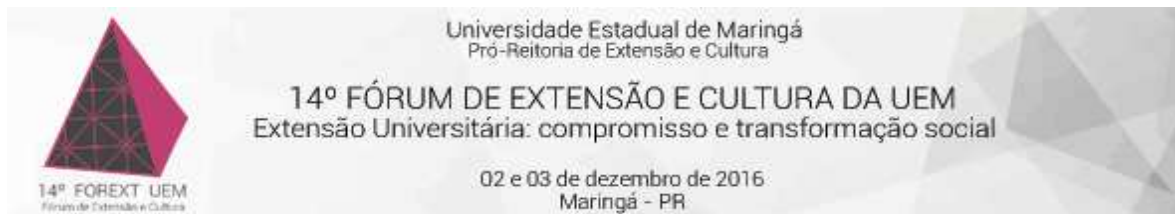
Outro voo por nós realizado constitui-se na rede de proteção da infância e adolescência da cidade, quando uma criança relata, por exemplo, um caso de trabalho infantil ou de violência doméstica, acionamos a rede de proteção fazemos denúncias e acompanhamos o caso. Esta relação é por muitas vezes desgastante, mas deve ser exercitada tanto pela proteção das crianças com quem trabalhamos, tanto quanto pela aprendizagem dos educadores em formação, que vão apreendendo os meandros da rede de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Semelhante relação estabelecida é com a escola do bairro, alguns alunos da UEM, fazem estágio obrigatório nesta escola e são integrantes do projeto de extensão, o que permite conhecer mais uma dimensão da vida das crianças e da vida comunitária e possivelmente interferir nela, como relatou a educadora J. no caso de um menino que não se alimentava antes de ir para a escola e o caso foi resolvido sob a intervenção integrada entre o projeto de extensão, escola e família.

Estas ações em rede buscam uma ação educativa, em que as crianças, adolescentes e educadores tomem suas próprias decisões e que estas resvalam muitas vezes em ações na comunidade. Neste processo entendemos que a formação para todos os envolvidos se delineia de forma respeitosa, com tempo de inserção no bairro e buscando a participação social e autonomia dos participantes.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho, a partir de um viés qualitativo, busca demonstrar como as ações educativas do “Projeto Brincadeiras com meninos e meninas do Vale do Ivá”, ocorrem em relação às diferentes esferas comunitárias em que estão inseridas as crianças e adolescentes do projeto.



No processo formativo dos educadores explicitamos a necessidade de manter uma postura ética e compromissada. Estes são um dos elementos que orientam a ação educativa e resvalam no vínculo estabelecido entre crianças, adolescentes, comunidade e educadores. Segundo Freire, isto é fundamental, pois, como os educandos me enxergam “[...] tem importância capital para o meu desempenho daí, então, que uma de minhas preocupações centrais deva ser de procurar a aproximação cada vez maior entre o que eu digo e o que eu faço, entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo” (2002, p.37).

Nosso relato sobre a importância dos voos alçados na comunidade, baseiam-se no princípio de que a inserção comunitária (NATALI, 2016) é premissa para o desenvolvimento de um bom trabalho educativo e que este deve ser realizado em rede. Partimos da compreensão que “[...]a rede representa os pontos de contato entre os diferentes serviços, situações e olhares que as diferentes instâncias de circulação humana oferecem” (MAGER et al, 2011, p.180). Esperamos alçar voos cada vez mais longos e produtivos junto à comunidade da Vila Nova Porã e ampliar as relações com a escola, rede de proteção, pais e comunidade em geral que foram explicitadas neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MAGER, Miryam; et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados**. Maringá: EDUEM, 2011.
- MÜLLER, Verônica. Regina. **A participação social e a formação política: Territórios a desbravar**. Bruxelas: Dynamo Internacional- Street Work Training Institute, 2012.
- MÜLLER, V. R.; RODRIGUES, P. C. *Reflexões de quem navega na Educação Social: Uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá: Clichetec, 2002.
- NATALI, P. M. **Formação profissional na Educação Social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos**. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2016.
- Relatórios Projeto Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR, 2014, 2015 e 2016.



## Sessão 3 – Texto 021

### **Programa Patronato: encaminhamentos pedagógicos para uma reintegração educacional.**

**Área Temática: Educação**

**Ana Carolina Eugenio**

Pedagoga do Projeto de Extensão Programa Patronato de Maringá, Acadêmica da Especialização em Psicopedagogia – DTP/UEM, ace\_carolina@hotmail.com

**Resumo.** *O Programa Patronato de Maringá está inserido em um contexto de adequação do sistema de execução penal em regime aberto paranaense à legislação brasileira. Suas atividades foram iniciadas no final do ano de 2013, como projeto de extensão; composto por uma equipe multidisciplinar: Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. O Patronato fiscaliza e acompanha o regime aberto, além de objetivar a reintegração dos envolvidos com o sistema penal à sociedade. Neste contexto a Pedagogia trabalha com o intuito de desenvolver capacidades intelectivas no indivíduo, visando à melhor integração social e o fortalecimento do senso de dignidade pelo próprio sujeito.*

**Palavras-chave:** *Patronato, Pedagogia, Reintegração.*

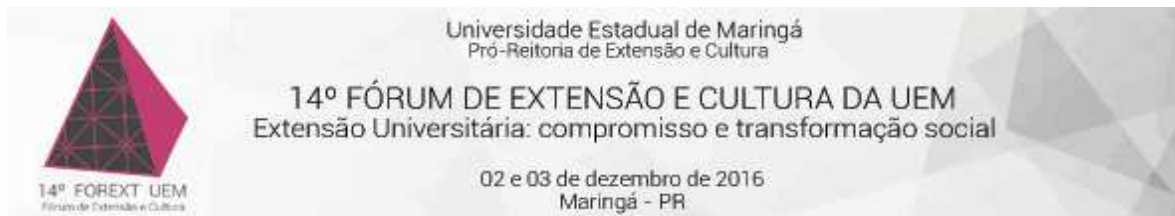
## **1. INTRODUÇÃO**

O trabalho do Programa Patronato visa uma reflexão mais profunda e humana sobre a reintegração dos envolvidos com o sistema penal à sociedade, adequando a pena ou a medida alternativa às condições pessoais do sujeito. O Programa Patronato de Maringá possui como objetivo a realização de um atendimento pessoal, analisando a subjetividade de cada caso encaminhado, por essa razão, o Programa possui cinco áreas distintas: Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social; a fim de contribuir para uma análise holística acerca do indivíduo.

O trabalho da equipe da Pedagogia, através da motivação e estímulo ao aprimoramento da formação educacional mediante encaminhamento a cursos profissionalizantes e orientação em relação a vida profissional, incluindo incentivo para vagas de emprego principalmente referindo-se as vinculadas ao Projeto Começar de Novo, busca o desenvolvimento das capacidades intelectivas, visando à melhor integração social e o fortalecimento do senso de dignidade pelo próprio sujeito.

## **2. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E ESCOLA NO BRASIL**

Para que possamos discorrer sobre os encaminhamentos realizados pela área de Pedagogia no Programa Patronato de Maringá, faz-se necessário compreender de maneira resumida a história da educação formal no Brasil, a qual está atrelada aos acontecimentos políticos, sociais e econômicos do país. A educação começa a se



reconhecida como uma questão nacional, e com a Constituição de 1946 que determina à União o papel de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, levando à LDB de 1961. Saviani (2004) argumenta que historicamente, a emergência dos Estados nacionais no decorrer desse período foi acompanhada da implantação de sistemas de ensino almejando a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular.

A partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990 na Tailândia, financiada e disseminada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial, se pensa em uma nova educação que possui como foco central a formação do “novo homem” para o século XXI, diretamente relacionando com o desenvolvimento econômico. Nesta Conferência foram estabelecidos compromissos por parte dos países participantes, entre eles o Brasil, no sentido de priorizar a educação básica visando à erradicação da pobreza por meio da educação, criando a partir de então, um consenso por parte das elites dirigentes, vinculadas aos organismos internacionais, de que a prioridade educacional dos países em desenvolvimento deva ser o investimento nesse nível de ensino, estabelecido como educação para todos, prioritariamente para as pessoas entre sete e quatorze anos (PERRUDE; LARA, 2010).

A partir do final da década de 1990, foram organizados e distribuídos às escolas públicas de Educação Básica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e Médio e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). São ações voltadas ao estabelecimento de orientações curriculares que assegurem uma base nacional comum, nos respectivos níveis de ensino, conforme definem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Decenal da Educação (1993-2003).

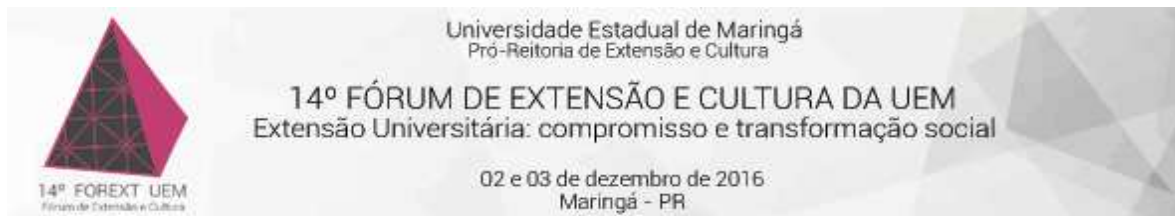
### **3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA refere-se a uma modalidade da Educação Básica que tem como objetivo a escolarização de jovens e adultos com o compromisso de oferecer a esta população a alfabetização e conclusão dos estudos. Cabe a esta modalidade proporcionar aos jovens e adultos:

[...] formação humana e acesso à cultura geral, a partir de metodologias adequadas de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos de modo que os educandos venham participar política e produtivamente das relações sociais, com o comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral (Projeto Político Pedagógico CEEBJA, p. 4, 2011).

A EJA está respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996) que em seu artigo 37 define “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA tem como finalidade a escolarização de jovens, adultos e idosos desde o 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio.

Adequando-se às novas normatizações do Conselho Nacional de Educação e do



Conselho Estadual de Educação, Lei 9394/96, o CEEBJA reorganizou sua oferta na forma presencial, mantendo a organização individual e coletiva, matrícula por disciplina, carga horária mínima por disciplina a ser cumprida pelo educando a fim de oportunizar o acesso ao processo de escolarização de jovens e adultos da cidade e região.

#### **4. A REALIDADE DA ESCOLARIDADE DOS ASSISTIDOS DO PROGRAMA PATRONATO DE MARINGÁ**

Analisando a realidade enfrentada pelo Programa Patronato de Maringá, verificamos que entre os 1.633 assistidos atendidos atualmente no projeto, 1.490 são do sexo masculino e 143 do sexo feminino. Considerando que a maioria dos assistidos refere-se ao sexo masculino, verificamos a escolaridade total dos matriculados. 8 dos assistidos são analfabetos, 195 possuem o Ensino Fundamental, 596 possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 327 concluíram o Ensino Médio, 269 O Ensino Médio Incompleto e somente 89 o Ensino Superior. Segundo Carvalho (2003, p.188) “[...] quando vemos que os meninos têm maior atraso escolar, há mais rapazes analfabetos, a primeira tendência é atribuir isso ao trabalho infantil”, ou seja, primeiramente, faz-se necessário que sejam investigadas as formas ainda atuais de produção do fracasso escolar, pois muitas podem ser as respostas para estes dados.

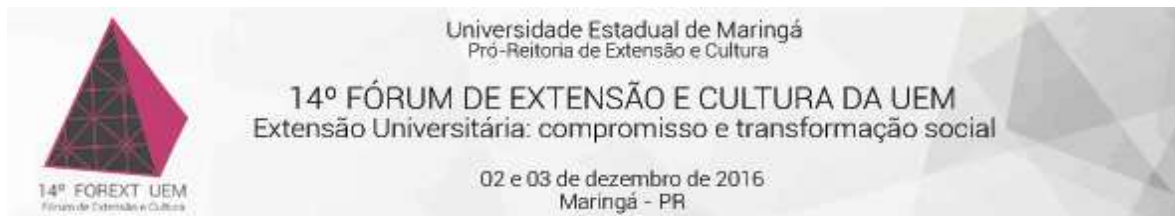
Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a evasão mencionada nas triagens pedagógicas efetuadas no Programa. Ao realizarmos as triagens, questionamos em um determinado momento qual seria o motivo que os levaram ao abandono escolar; a grande maioria tem como resposta o trabalho, ou seja, abandonaram a escola porque precisavam trabalhar. O trabalho, por sua vez, pode ser tanto fator para o abandono escolar como também motivo para que exista a procura no CEEBJA.

[...] estes jovens e adultos não buscam apenas outra oportunidade de aprender a ler e escrever, buscam a escolarização para melhoria das condições de existência. São sujeitos que carregam ricas experiências de vida, assim como carregam dúvidas, angústias e inquietações sobre sua condição social (SANTOS, 2007, p. 44-45).

Nesse sentido, uma das variáveis tanto para o abandono quanto para a procura pelos estudos dos jovens e adultos que frequentam esta instituição pode ser o trabalho, uma vez que os mesmos deixam a escola para trabalhar, seja pelos horários serem incompatíveis, seja por considerarem que a formação recebida não lhes trará retorno significativo. Além disso, qualquer decepção, por mínima que seja sofrida no decorrer desse processo de reintegração à escola faz com que este sujeito abandone o ambiente escolar “O aluno da EJA é um aluno diferente, traz em si um pouco de insegurança. As inúmeras derrotas vividas durante o processo escolar iniciado no ensino regular mexem extremamente com sua autoestima” (SANTOS, 2007, p. 39).

#### **5. CONCLUSÃO**

Conforme Saviani (1994), a história da escola começa com a divisão dos homens em classes. Essa divisão da sociedade em classes coloca os homens em antagonismo, uma



classe que explora e domina outra. Atingimos, com a sociedade capitalista, o máximo de desenvolvimento da sociedade de classes. A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola.

Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida e que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 1994).

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Segundo Saviani (1994), é preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para manter a ordem. O trabalhador não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Assim se faz necessário “doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.
- CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cad. Pagu** [online]. 2004.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educ. Pesqui.** [online]. 2003.
- PERRUDE, M.R.S.; LARA, A.M.B. Políticas públicas para a Educação Básica: os novos padrões da gestão. (Org) KOEPEL, E.C.N.; LARA, A.M.B. **Gestão Educacional** Coleção Formação de Professores – EAD, vol. 37, Maringá-PR: Eduem, 2010, p.43-60
- SANTOS, M. A. M. T. **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brazlândia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

### Sessão 3 – Texto 040

## JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONSOLIDAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Nilza Machado de Oliveira Souza<sup>1</sup>, Paulo Roberto de Souza<sup>2</sup>, Antonio Carlos Simionato<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Direito Privado e Processual – DPP/UEM, contato: nmosouza@uem.br

<sup>2</sup>Prof. Depto de Direito Privado e Processual – DPP/UEM, contato: prsouza@uem.br

<sup>3</sup>Aluno do Curso de Graduação em Direito/UEM, contato: simionato@wnet.com.br

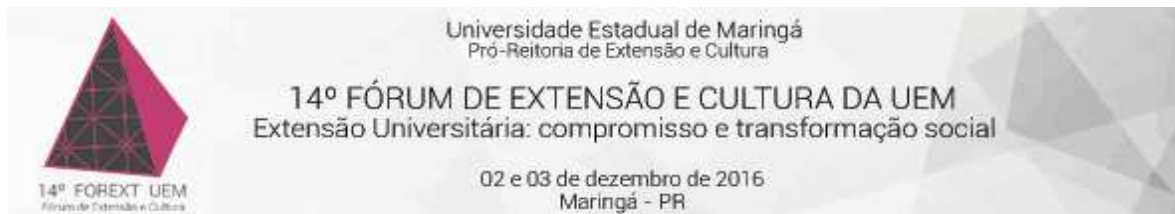
**Resumo.** *Este artigo descreve as atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão nº 6528/11, Justiça Restaurativa e Sistemas Alternativos de Solução de Conflitos. Concebida como novo modelo de justiça, a Restaurativa foca nos danos às pessoas e aos relacionamentos, causados por ofensa/violência, oportunizando que as pessoas afetadas, direta ou indiretamente, possam participar de um encontro para dialogar sobre o ocorrido e construir soluções que promovam responsabilização, reparação de danos, restabelecimento de vínculo e reintegração social. O Projeto atua em três eixos: a) palestras/encontros de sensibilização; b) cursos/oficinas de iniciação/capacitação de multiplicadores/facilitadores; c) atendimentos às pessoas em conflito. Em 2016, mil trezentas e sessenta pessoas foram contempladas pelas atividades do projeto e, a par disso, foi elaborada proposta de projeto de lei de Pacificação Restaurativa para Maringá, apresentada à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e entregue, ao Executivo, o plano de viabilidade de sua implantação.*

**Palavras-chave:** conflito - justiça – restaurativa

### JUSTIÇA RESTAURATIVA – POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS

A justiça restaurativa é compreendida como nova forma de pensar e agir em relação ao crime e aos conflitos, focada nos danos e nas pessoas (relacionamentos), que promove encontros estruturados entre os envolvidos em atos de ofensa e/ou violência (vítima, ofensor, familiares, comunidade) para, por meio do diálogo, avaliarem as causas e consequências do ato e construir soluções que, considerando as necessidades de todos, produzam responsabilização, reparação de danos, transformação e inclusão social (CNJ-AMB. Justiça Restaurativa do Brasil, 2015).

No Brasil, oficialmente, a justiça restaurativa teve seu marco inaugural a partir de 2005, por meio de três projetos pilotos que, orientados pela recomendação da ONU (Resolução nº 2002/12 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas) inseriram as experiências pioneiras da Nova Zelândia, Austrália e Canadá, em Porto Alegre/RS, São Caetano do Sul/SP e Brasília/DF, com apoio do Ministério da Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário, da Secretaria dos Direitos humanos da Presidência da República, dentre outros. Em 2012 a Lei nº 12.594/12, que instituiu o



SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estabeleceu, taxativamente, no art. 35, III, “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”.

Como política pública, a justiça restaurativa passou a ser prevista expressamente, por força da Emenda 01/13 à Resolução nº 125/10 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, no entanto, ficou restrita aos Juizados Especiais Criminais e à Justiça Juvenil (§ 3º do art. 7º). Em 2014, o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Resolução nº 118/14, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, introduziu a justiça restaurativa dentre as suas práticas, ao dispor que “incumbe ao MP implantar e adotar mecanismos de autocomposição [dentre eles] o processo restaurativo” (art. 1º, Parágrafo único). No Estado do Paraná a justiça restaurativa foi introduzida oficialmente por força da Resolução nº 04/15 do TJPR, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), a qual dispõe sobre a implementação da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Estadual Paranaense

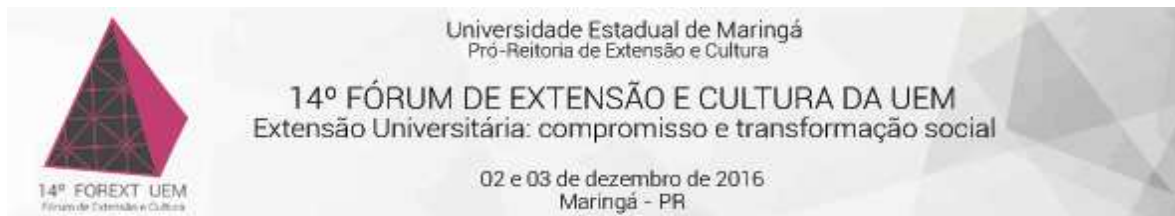
Em 2016, de forma ampla e irrestrita, foi introduzida no judiciário nacional, por meio da Resolução nº 225/16, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, a qual contempla no art. 1º,

§1º, V, o “Enfoque Restaurativo”, como uma abordagem diferenciada em relação àquelas institucionalizadas, com participação dos envolvidos, familiares e comunidade; atenção às necessidades da vítima e ofensor; reparação de danos e compartilhamento de responsabilidades e obrigações. E ao prever as linhas programáticas, destaca o caráter sistêmico, interinstitucional e intersetorial com integração das redes familiares e comunitárias, instituições afins e sociedade civil, em colaboração com as demais políticas públicas: segurança, assistência, educação e saúde (art. 3º, II, III, V).

Considerada novo modelo de justiça, a justiça restaurativa vem se consolidando como política pública de tratamento adequado de conflitos, que contempla uma gama de iniciativas, individuais e coletivas, comunitárias e institucionalizadas, privadas e públicas com o objetivo comum de promover a transformação de uma cultura de dominação e violência para uma cultura de cooperação e de paz.

## **A DIMENSÃO EXTENSIONISTA DO PROJETO E A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO NOVO MODELO DE JUSTIÇA APTO A CONTRIBUIR COM O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA DE VIOLÊNCIA PARA A CULTURA DE PAZ**

A justiça restaurativa contribui, de modo eficaz, para a transformação da cultura de violência em cultura de paz, pois atua na realidade social, por meio de práticas e experiências assentadas em fundamentação teórica inspirada em valores fundamentais, os quais não podem ser relativizados, mas reafirmados e resgatados, pois



a crise ética em que nos encontramos se mostra na relativização de todos os valores e na dificuldade de legitimá-los devido a um individualismo crescente ou ainda devido à suspeita de que, quaisquer que sejam os valores vigentes, eles cumprem sempre a função de servir e legitimar uma visão particular de mundo. Não faltam ainda aqueles que pensam ser suficiente seguir os próprios interesses, sendo a vida social apenas a reunião de indivíduos que buscam realizar seus fins individuais (CARRARA apud KROHLING, p. 11).

A justiça restaurativa, além de não flexibilizar valores, busca promover o bem-estar de todos, atender as necessidades de vítimas, ofensores, familiares, amigos e comunidade, por meio de procedimento e ações destinadas a empoderar e emancipar os sujeitos em situação de conflito e vulnerabilidade, adotando para a sua disseminação, estratégias e ferramentas como cursos, encontros, palestras, oficinas, atendimentos, enfim, ações que contemplem todas as pessoas afetadas, direta ou indiretamente.

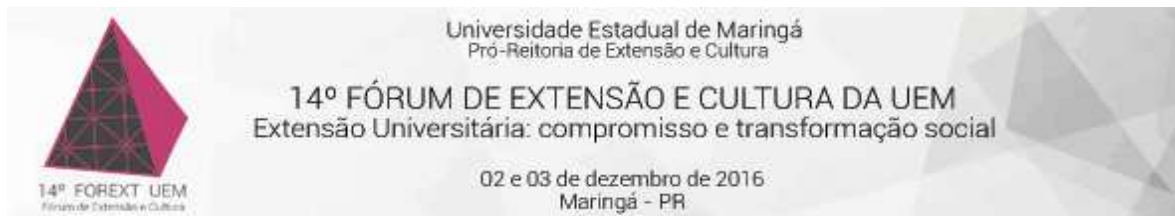
Por meio das ações extensionistas do projeto constatou-se que as pessoas dominadas pela cultura de violência se sentem impotentes para enfrentar e solucionar os seus conflitos, submetendo-os a terceiros, alheios a sua realidade, normalmente autoridades constituídas, as quais, muitas vezes, se limitam a decisões técnicas acerca dos conflitos. Por isso, é imprescindível a conscientização quanto ao poder de autonomia e autodeterminação, inerente ao ser humano, de empoderamento que promove libertação e emancipação para enfrentar conflitos, vulnerabilidades e traumas, em busca de cura dos males pessoais e sociais, que se dá quando há reconhecimento de erros e injustiças, quando assumem a responsabilidade pelos seus atos, por meio da prática de ações concretas destinadas a reparar danos e promover transformação e reintegração social. Daí a relevância do projeto que, além de Maringá, expandiu as suas atividades para cidades circunvizinhas, como Marialva, Itambé, Mandaguari, Sarandi, Nova Esperança, Lobato, Paranaíba, Londrina.

## **RESULTADOS EFETIVOS DO PROJETO EM 2016**

Por meio das principais atividades desenvolvidas pelo projeto, em 2016, compreendendo os seus três eixos de atuação: a) palestras/encontros de sensibilização; b) cursos/oficinas de iniciação/capacitação de multiplicadores/facilitadores; c) atendimentos às pessoas em conflito, 1.360 (um mil trezentas e sessenta) pessoas foram contempladas, destacando-se:

1) palestras: em Maringá (Programa Centro de Referência do Envelhecimento/Universidade Aberta à Terceira Idade, Arras/Cáritas/Paróquia Santo Antonio, Colégio Tomaz Edison, Escola Ipiranga, Colégio de Aplicação Pedagógica-UEM, Núcleo Regional de Educação, UEM – palestra com a presença do Dr. Leoberto Brancher); em Lobato; em Sarandi; em Londrina e em Mandaguari, totalizando 1.056 (um mil e cinquenta e seis) pessoas;

2) cursos de iniciação/capacitação/oficinas: realizados em Maringá; em Nova Esperança; em Paranaíba e em Londrina, em parceria com a comunidade, escolas, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais segmentos, totalizando 280 (duzentas e oitenta) pessoas, preparadas para atuar como multiplicadores da justiça restaurativa e das práticas restaurativas, bem como facilitadores dos círculos de



construção de paz;

3) atendimentos a 24 (vinte e quatro) casos, envolvendo pessoas em situação de conflito, realizando pré-encontros, pré-círculos, círculos e pós-círculos.

O crescente interesse e busca pelas atividades do projeto, bem como a sua expansão para outras cidades da região, demonstram a sua relevância na prevenção e resolução de conflitos, constituindo-se forte colaborador do processo de transformação de uma cultura de violência para uma cultura de paz, realizando plenamente a função da extensão universitária, como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, e promove ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade.

## REFERÊNCIAS

BRANCHER, L. N. *et all. Manual de práticas restaurativas*. Porto Alegre: AJURIS, 2008.. *Iniciação em justiça restaurativa*. Porto Alegre: AJURIS, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 125/2010*. Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/>. Acesso em: 10 out 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 225/2016*. Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/>. Acesso em: 14 out 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *Justiça Restaurativa do Brasil*. 2015. Disponível em: <http://www.amb.com.br/jr/>. Acesso em: 10 out 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Resolução nº 118/2014*. Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público. Disponível em: <http://www.cnpm.gov.br/portal/images/Res>. Acesso em: 10 out 2016.

KROHLING, Aloisio. *A ética da alteridade e da responsabilidade*. Curitiba:Juruá, 2011. NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. TJPR. *Resolução nº 004/2015*. Diário Eletrônico do TJPR nº 1548. 16 abr 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **Resolução nº 2002/12**. Princípios Básicos para a Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/>. Acesso em: 10 out 2016.



## Sessão 7 – Texto 079

# SER AVÓS DE BEBÊS PREMATUROS: SENTIMENTOS VIVÊNCIADOS DURANTE O INTERNAMENTO DO NETO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Área Temática: Saúde

Patrícia Junglos<sup>1</sup>, Kecia da C. Buzatto<sup>2</sup>, Darci A. M. Corrêa<sup>3</sup>, Luzia B. Leal<sup>4</sup>, Priscila de L. S. Gongora<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Enfermagem, bolsista CAPES/UEM, contato: pattyjunglos@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do Curso de Enfermagem, voluntária, contato: kecia\_buz@hotmail.com

<sup>3</sup>Profª Drª Dpto de Enfermagem – DEN, contato: osculo@nobel.br

<sup>4</sup>Aluna do Curso de Enfermagem, voluntária, contato: luzia.bleal@hotmail.com

<sup>5</sup>Aluna do Curso de Enfermagem, voluntária, contato: priscilaldg@outlook.com

**Resumo:** Nos últimos trinta anos, grandes mudanças vêm ocorrendo no ambiente das unidades de terapias intensivas neonatais (UTIN) no Brasil. Uma dessas mudanças, é a presença cada vez mais frequente dos familiares na atenção intensiva neonatal bem como a presença dos avós. Este estudo, de caráter qualitativo-descritivo, teve por objetivo investigar os sentimentos vivenciados pelos avós sobre o nascimento e internamento de um neto prematuro na UTIN. Fizeram parte do estudo, dez avós que tiveram seu neto internado na UTIN de um hospital de ensino no Paraná. A coleta de dados se deu a partir, de um roteiro semiestruturado. Os dados coletados passaram por processo analítico e descritivo a partir do referencial de análise de conteúdo (Bardin), originando duas temáticas: sentimentos de perda e dó do neto prematuro, e dar apoio aos pais do neto prematuro. O estudo evidenciou a importância da presença dos avós junto a família, proporcionando um fortalecimento de apoio aos pais bem como promovendo esperança que os ajuda a enfrentarem a situação vivenciada.

**Palavras chave:** Avós - Bebês prematuros - Unidade de Terapia Intensiva.

## 1. INTRODUÇÃO

A prematuridade e o baixo peso ao nascer são as causas mais frequentes de hospitalização no Brasil e também está relacionada a maior risco de complicações neonatais (CARMONAL; COCA; VALE; ABRAÃO, 2012). Essa realidade vem transformando o imaginário dos pais a cerca do filho perfeito e tão esperado desde a concepção proporcionando, muitas vezes, sentimentos conflitantes em relação a ele(a) (PEIXOTO; PEREIRA; LEITE; MARINHO, 2012).

Nos últimos trinta anos, grandes mudanças vêm ocorrendo no ambiente das unidades neonatais no Brasil, acompanhando de certa forma uma tendência mundial. Deste modo, a incorporação de novas tecnologias, a necessidade de diferentes categorias profissionais, a presença cada vez mais frequente dos familiares e o cuidado de bebês cada vez menores já fazem parte de uma realidade que exige posturas diferentes dos profissionais da equipe de saúde neonatal (OLIVEIRA; VERONEZ; HIGARASHI;

CORRÊA, 2013).

Diante deste cenário, é de suma importância o reconhecimento pela equipe de saúde da protagonista maior no cuidado com o bebê, no caso a mãe, mas também a importância da inserção do pai e principalmente dos avós na parceria deste trabalho (PEIXOTO; PEREIRA; LEITE; MARINHO, 2012).

## **2. OBJETIVO**

Conhecer e compreender os sentimentos vivenciados pelos avós sobre o nascimento e internamento de um neto prematuro na Unidade de Terapia Intensiva (UTIN).

## **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, a qual busca “conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo como de grupos e comunidades mais complexas” (TOMASI, 1999, p.31).

Esta pesquisa foi realizada na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) do Hospital Universitário de Maringá (HUM), o qual encontra-se em funcionamento desde 1998. Fizeram parte do estudo dez avós de bebês prematuros internados na UTIN do Hospital Universitário Regional de Maringá e que permaneceram hospitalizadas após o nascimento. Os dados foram coletados no período de março a junho de 2016.

Os dados foram obtidos pelos próprios autores da pesquisa por meio de uma entrevista semi estruturada. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário composto de questões que abordam dados de identificação e questões referentes a temática do estudo. Como questão norteadora tivemos: *Descreva para mim está sendo enfrentar a hospitalização de seu neto prematuro na UTI Neonatal?*

Na unidade de internação os avós foram abordados em um dos momentos de sua visita ao neto, e então convidados a participarem do estudo, e posteriormente realizado a entrevista. As respostas foram escritas na folha do questionário pelas autoras para análise do conteúdo e posteriormente destruídas. Os dados coletados passaram por processo analítico e descritivo a partir do referencial de análise de conteúdo *Bardin* (2011).

## **4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A análise dos discursos, possibilitou-se o delineamento de duas temáticas, sendo essas: sentimentos de perda, angústia, tristeza e dó do neto prematuro, e dar apoio aos pais do neto prematuro.

### **Sentimentos de angústia, tristeza, perda e dó**

A separação do filho, por ter que deixá-lo na UTI e o cenário cheio de aparatos tecnológicos contribui para aumentar o desespero da família durante os dias de hospitalização, pois geram sentimentos de tristeza e medo de perde-lo (COSTA et al, 2007).

Todos os avós que participaram deste estudo, relataram que, ao chegarem na UTIN e ver seu neto naquele ambiente, o primeiro sentimento vivenciado foi a sensação de que

podiam perder, uma angústia, tristeza, preocupação e/ou dó por estarem com muitos aparatos, conforme pode ser evidenciado em algumas das falas a seguir:

*“Senti uma angústia e fiquei assustado, porque nunca aconteceu em minha família, pelo que eu saiba. A gente sempre fica com medo por saber que estão numa UTI que é onde ficam os bebês mais graves.” (Avó n. 1)*

*“Fiquei muito preocupada, pois achei que elas poderiam morrer estando com todos aqueles aparelhos. Mas graças a Deus elas foram muito bem cuidadas.” (Avó n. 3)*

*“Não sei muito bem, mas acho que fiquei com dó de ver aquela criança tão pequena. E também tive medo de dar problema nela (filha) e na criança.” (Avó n. 5)*

Nesses depoimentos, observamos que o avós exprimem uma sensação de angústia, medo da perda e dó ante a expectativa de ter seu neto internado na UTIN. O nascimento de um neto sadio que possa ser imediatamente integrado ao seio familiar foi inviabilizado, por ser um bebê prematuro. Desta forma, são comuns as reações de tristeza e desamparo frente a tal situação (EASTERBROOKS, 1988).

O processo de hospitalização pode acarretar repercussões e impactos variados sobre o paciente e sua família; pode-se afirmar que, no caso da internação neonatal, este afeta especialmente a mãe do recém-nascido (EASTERBROOKS, 1988).

#### **Dar apoio aos pais do neto prematuro.**

Durante o processo de internação de um bebê de risco, não cabe somente à equipe de enfermagem a responsabilidade de construir uma comunicação efetiva com a família deste bebê, mas à equipe multiprofissional como um todo.

Essa equipe, jamais pode deixar de lado a presença dos avós no processo de cuidado, uma vez que, os avós são imprescindíveis para darem apoio aos pais dos bebês prematuros. Os avós, quando participam desse momento delicado, triste e difícil que é ter um neto prematuro na família, são requisitados por seus filhos para estarem ao lado deles dando-lhes apoio, como relata a avó a seguir:

*“Agora estou mais tranquila pois acho que o perigo já passou. Eu tenho muito dó da minha filha que se entristece muito e está com muito medo delas (gêmeas) não sobreviverem. Eu apoio e estou sempre ao lado dela, e graças a Deus está tudo bem agora.” (Avó n.2)*

*“Fiquei horrorizada com o acontecido, mas preciso ser forte para ajudar e apoiar minha filha neste momento tão difícil.” (Avó n. 10)*

Nesses relatos, as avós se apresentam como suporte para suas filhas enfrentarem a internação de suas crianças na UTIN. Essas avós, se apresentam como força, segurança e conforto para a superação da situação de sofrimento e provação que suas filhas estão enfrentando.

## **5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidenciou a importância da presença dos avós junto a família, proporcionando um fortalecimento de apoio aos pais bem como promovendo esperança que os ajuda a enfrentarem a situação vivenciada.



## Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011. 280 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 466/2012 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.
- CARMONAL EV; COCA K P; VALE IN; ABRÃO ACFV. **Conflito no desempenho do papel de mãe em estudos com mães de recém-nascidos hospitalizados: revisão integrativa**. *Rev Esc Enferm USP* 2012; 46(2):505-12.
- COSTA SAF, SANTOS MJA, VILLAS BOAS ASC. Compreendendo a vivência da família com a internação do filho recém-nascido prematuro na UTI Neonatal. *Revista Nursing*. São Paulo. 2007, 115(10): 560-564.
- EASTERBROOKS, M.A. (1988). **Effects of infant risk status on the transition to parenthood**. In G.Y. Michaels & W.A. Goldberg (Eds.), *The transition to parenthood: current theory and research* (pp. 176-208). New York: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA K, VERONEZ M, HIGARASHI IH, CORRÊA DAM. **Vivências De Familiares No Processo De Nascimento E Internação De Seus Filhos Em Uti Neonatal**. *Esc Anna Nery* (impr.)2013 jan -mar; 17 (1):46-53.
- PEIXOTO EA, PEREIRA NVPG, LEITE NBF, MARINHO MFJ. **Visita de avós em unidade de terapia intensiva neonatal: compreendendo a dinâmica familiar**. Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz. *Rev. SBPH* vol.15 no.2, Rio de Janeiro – Jul./Dez. – 2012.

## Sessão 7 – Texto 113

# ATENDIMENTO ÀS GESTANTES COM SUSPEITA DE TOXOPLASMOSE AGUDA GESTACIONAL

Área temática: Saúde

**Fernanda Ferreira Evangelista<sup>1</sup>, Cristiane Riedo de Oliveira<sup>2</sup>, Deise Serafim<sup>3</sup>  
Lourenço Tsunetomi Higa<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Enfermagem - UEM, contato: fer.evangelista@hotmail.com

<sup>2</sup>Enfermeira do Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário Regional de Maringá- UEM, contato: crisriedo@hotmail.com

<sup>3</sup>Docente do Departamento de Enfermagem - DEN/UEM contato: dserafim@hotmail.com

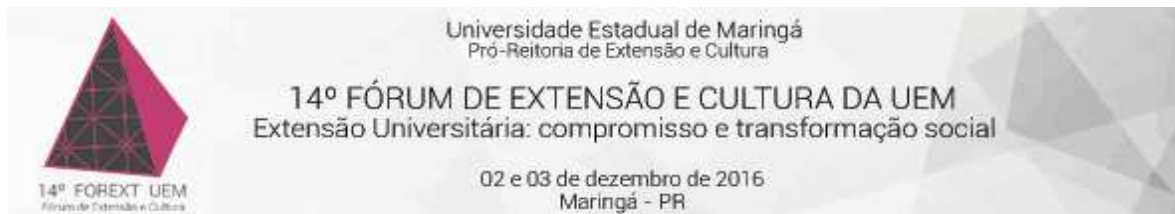
<sup>4</sup>Médico Ginecologista Obstetra do Hospital Universitário Regional de Maringá- UEM, contato: lourencohiga@gmail.com

**Resumo.** *A toxoplasmose é uma zoonose que acomete um terço da população mundial, muitas vezes assintomática e causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*. Um dos maiores riscos é quando a primo-infecção ocorre na gestação pelo risco de transmissão vertical e graves consequências para o feto. O objetivo do estudo foi descrever o atendimento realizado no ambulatório de especialidades do Hospital Universitário de Maringá com gestantes suspeitas de toxoplasmose aguda; a implementação do fluxograma disponível no caderno de Atenção Pré-natal – Toxoplasmose (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná- SESA) e citar as orientações pertinentes. Os dados foram coletados do livro de registro de atendimentos deste serviço, no período de dezembro de 2013 a novembro de 2016. O número de atendimentos realizados durante este período foi de 207 sendo 58 gestantes diagnosticadas com toxoplasmose gestacional aguda e, assim, iniciado o tratamento adequado.*

**Palavra-chave:** Toxoplasmose, Gestantes, Assistência Pré-natal.

## 1. INTRODUÇÃO

A toxoplasmose é uma doença parasitária obrigatoriamente intracelular, microscópica, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, considerada a parasitose mais comum do mundo (REMINGTON, 2015). Diversas são as formas de transmissão da zoonose, ocorrendo por ingestão de oocistos em alimentos, de cistos em carnes cruas ou mal cozidas, suína, ovina e bovina, e taquizoítas em ovos crus ou mal cozidos que estejam contaminados, água e por via transplacentária (DUBEY e SU, 2009). Esta doença acomete um terço da população mundial, com infecções normalmente assintomáticas, ou seja, a primo-infecção é assintomática em 80 a 90% dos indivíduos imuno competentes (DUBEY e SU, 2009). No Brasil, 50% a 83% dos indivíduos adultos são soropositivos, ou seja, já são imunes (REMINGTON, 2015). Na América do Sul, este protozoário apresenta elevada diversidade genética e casos mais graves de coriorretinite (GRIGG, 2015). Porém, o maior risco acontece quando ocorre a infecção materna primária durante a gestação, sendo de elevada importância pelo risco de transmissão vertical e das graves consequências para o feto (PINARD et al., 2003). A taxa de transmissão via transplacentária durante a gestação corresponde a 10% no primeiro trimestre, 30% no segundo trimestre e 70% no terceiro trimestre (PINARD et



al., 2003). Entretanto, as consequências são mais graves nos dois primeiros trimestres (REMINGTON, 2015). As implicações mais frequentes em casos de transmissão vertical são surdez, cegueira, calcificação cerebral, retardo mental, petéquias, microcefalia e abortamento (REMINGTON, 2015). Tendo em vista a relevância do controle desta zoonose no período gestacional e as recomendações do Manual de Gestão de Alto Risco do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), foi criada há oito anos uma rede de atendimento para o controle da toxoplasmose gestacional e congênita nos serviços de atenção pública da 15ª Regional de Saúde do Paraná (RS/PR). Esta rede de atenção conta com a parceria do grupo de pesquisa sobre Toxoplasmose da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Hospital Universitário de Maringá (HUM), localizados no noroeste do Paraná, sul do Brasil. Este serviço serve de referência para todas as Unidades Básicas de Saúde desta regional. As gestantes são agendadas no ambulatório por meio de encaminhamento feito pelo médico ou enfermeira da unidade básica de saúde. São realizados atendimentos individuais, onde são analisados os exames e ultrassonografias, diagnóstico sorológico, tratamento se necessário e orientações. É um atendimento multiprofissional, que garante um melhor acompanhamento dos casos diagnosticados com infecção e considerados de alto risco.

## **2. OBJETIVO**

Este trabalho teve como objetivo descrever o atendimento realizado no ambulatório de especialidades do Hospital Universitário de Maringá com gestantes suspeitas de toxoplasmose aguda, a implementação do fluxograma disponível no caderno de Atenção Pré-natal – Toxoplasmose (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná- SESA) e citar as orientações pertinentes.

## **3. METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa descritiva sobre o atendimento realizado no ambulatório de especialidades do HUM com gestantes suspeitas de toxoplasmose aguda. Os dados foram coletados do livro de registro de atendimentos realizados em consultas semanais, no período de dezembro de 2013 a novembro de 2016. O referencial teórico para a discussão do protocolo de assistência foram as publicações dos Cadernos de Atenção Pré-natal da Rede Mãe Paranaense do ano de 2015.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Desde 2006, o ambulatório de especialidades do Hospital Universitário de Maringá (HUM), atende gestantes, independente da idade gestacional, encaminhadas pelo médico ou enfermeiro que realiza o pré-natal nas unidades básicas de saúde de Maringá e de outros municípios da 15ª Regional de Saúde do Paraná. Estas gestantes são atendidas às sextas-feiras, no período matutino, com acompanhamento multiprofissional e participação de acadêmicas de enfermagem e de fisioterapia. Durante o período de dezembro de 2013 a novembro de 2016 foram atendidas 207 gestantes sendo 58 diagnosticadas com toxoplasmose aguda gestacional. Nestas consultas são analisados os exames laboratoriais, ultrassonografias obstétricas, ficha de notificação compulsória e realizado exame físico e obstétrico completo. A partir disso, são estabelecidas as condutas adequadas condizentes com infecção aguda ou infecção progressiva. Se a



gestante encaminhada estiver com idade gestacional anterior a 16 semanas, é realizado uma conduta diferenciada daquelas encaminhadas após 16 semanas de gestação (figura 1, figura 2). Caso os exames analisados tiverem o diagnóstico de toxoplasmose gestacional aguda é iniciado o tratamento conforme o protocolo do caderno de atenção pré-natal específico para toxoplasmose e este tratamento também depende da idade gestacional que a gestante se encontra. As medicações prescritas são Espiramicina para gestantes com idades gestacional anterior a 16 semanas e posterior a 34 semanas e esquema tríplex com Sulfadiazina, Pirimetamina e Ácido fólico para gestantes entre 17 e 33 semanas completas. Estas medicações são disponibilizadas pela rede pública de saúde, o que contribui com a prevenção da toxoplasmose congênita. As gestantes diagnosticadas com imunidade para a toxoplasmose foram contra-referenciadas para as unidades básicas de saúde de origem.

O que se verifica frequentemente é que os encaminhamentos estão sendo tardios, dificultando o tratamento, diminuindo sua eficácia e, conseqüentemente, podendo acometer o feto com a possível transmissão vertical. Além disso, algumas gestantes referenciadas vêm com tratamento prescrito pelo médico da unidade básica de saúde, mas muitas vezes não é o tratamento adequado. Sendo assim, ressalta-se a importância da implementação do fluxograma disponível no caderno de atenção pré-natal específico para toxoplasmose.

A partir do momento que a gestante é diagnosticada com a infecção aguda recomenda-se que este hospital se torne referência para o parto. Essa medida garante o atendimento de urgências, o acompanhamento durante o trabalho de parto, parto, puerpério e o atendimento especializado da criança no ambulatório de Pediatria do HUM com consultas oftalmológicas, neurológicas, fonoaudiológicas. Por isso, é orientado a todas as gestantes sobre a importância da realização do parto no HUM.

## 5. CONCLUSÃO

A importância do diagnóstico precoce da toxoplasmose durante a gestação consiste em diminuir a possibilidade da transmissão vertical. A infecção pelo *Toxoplasma gondii* durante o período gestacional pode comprometer o desenvolvimento do feto, por isso é fundamental o encaminhamento precoce para garantir o tratamento adequado e diminuir o risco de infecção congênita. A participação das acadêmicas de enfermagem no acompanhamento especializado possibilita a capacitação nesta área não contemplada na grade curricular contribuindo para a atuação mais eficaz no sentido do encaminhamento adequado de gestantes ao serviço especializado.

## REFERÊNCIAS

DUBEY, J.P; SU, C. Population biology of *Toxoplasma gondii*: what's out and where did they come from. **Mem Inst Oswaldo Cruz** ; 104:190-195, 2009. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19430643>>. Acesso em: 16 out.2016. GRIGG ME, DUBEY JP, NUSSENBLATT RB. Ocular toxoplasmosis: lessons from Brazil. *American Journal of Ophthalmology*.2015; 159 (6), p. 999–1001.

PINARD, J.A; LESLIE, N.S; IRVINE, P.J. Maternal serologic screening for toxoplasmosis. **Journal of midwifery & women's health**; v. 48, p. 308-316,

2003. Disponível em: [http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1016/S1526-9523\(03\)00279-4/abstract](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1016/S1526-9523(03)00279-4/abstract). Acesso em: 16 out. 2016.

REMINGTON, J. S; et al. Infectious diseases of the fetus and newborn infant. 6th ed. **Philadelphia: Elsevier Saunders**; p. 947-1091, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0721605370500335> >. Acesso em: 20 set 2016.

SESA-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Caderno de atenção ao pré-natal-toxoplasmose. 2015**. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pdf7.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2016.

**ANEXOS**



**Figura 1: Fluxograma para gestantes com sorologias realizadas até 16 semanas de idade gestacional.**



**Figura 2: Fluxograma para gestantes com sorologias realizadas após 16 semanas de idade gestacional.**

**Obs: Apresentador definitivo: Fernanda Ferreira Evangelista**



## Sessão 7 – Texto 114

### Aleitamento Materno X Desenvolvimento Sustentável

#### Área Temática: Saúde

**Francieli S. de Oliveira Trombelli<sup>1</sup>, Bruna Rodrigues de Souza<sup>2</sup>, Grazielle Adrielle Rodrigues Pires<sup>3</sup>, Rafaela Carolina Nascimento Filus<sup>4</sup>, Camila Borgi Rodriguero<sup>5</sup>, Sueli Mutsumi Tsukuda Ichisato<sup>6</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: fran\_trombelli@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Enfermagem, bolsista de extensão – DEN/UEM, contato: bruna\_rsouza1@hotmail.com

<sup>3</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: grazielle\_rodriguespires@hotmail.com

<sup>4</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: rafa\_filus@hotmail.com

<sup>5</sup>Aluna da Pós-Graduação em Enfermagem – DEN/UEM, contato: cami\_borghetti@hotmail.com

<sup>6</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Enfermagem, coordenadora do projeto de extensão "Atuação do Acadêmico de Enfermagem no BLH/HURM" – DEN/UEM, contato: sichisato@hotmail.com

**Resumo.** *Objetiva-se descrever as contribuições do aleitamento materno versus o desenvolvimento sustentável e social. Trata-se de uma revisão bibliográfica, feitas nas websites, por meio do site de busca Google. Foram utilizados os seguintes descritores: Aleitamento Materno e objetivos do desenvolvimento sustentável. Identificou-se que oito publicações respondiam as questões norteadoras. A amamentação precisa ser seriamente considerada como um meio de desenvolvimento sustentável, pois a mesma é de responsabilidade coletiva. Amamentar é “atender à necessidade presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.*

**Palavras-chave:** *Aleitamento Materno – Sustentabilidade – Leite humano*

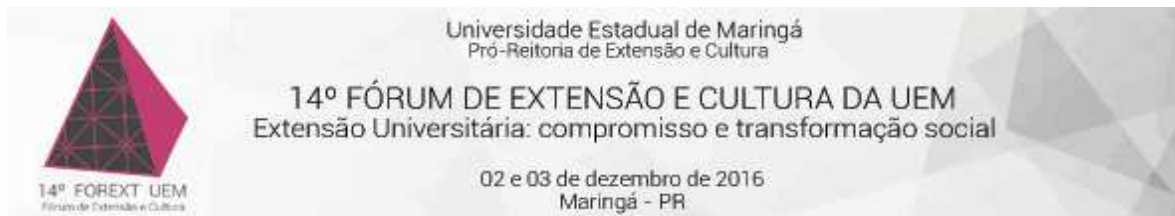
## INTRODUÇÃO

Impulsionadas pela reconstrução de seus princípios e até mesmo uma reconfiguração social, os países vem passando por perdas econômicas de aproximadamente 302 bilhões de dólares anuais, média de 0,49% do Produto Interno Bruto (PIB), além de danos ao planeta, apontam consequências associadas ao ato de não amamentar (SILVA; GIUGLIANI, 2016).

Neste contexto, o aleitamento materno é visto como um ato de cidadania, no qual a mulher exerce o seu direito de amamentar e o bebê de ser amamentado, proporcionando um bem-estar humano (GRAÇA, 2016).

O aleitamento materno quando apoiado, incentivado e protegido, proporciona à criança nutrição ideal, defesas imunológicas, aumento do contato físico direto com a mãe e desenvolvimento biopsicossocial ao longo da infância (FONSECA; SCOCHI, 2015).

O desenvolvimento sustentável atende às necessidades atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras (MOURIN, 2015). O aleitamento materno é considerado uma chave para este desenvolvimento, o qual está implícito em seus objetivos.



Segundo International Baby Food Action Network (IBFAN), o leite materno é o alimento mais acessível, pois não demanda custo e está sempre próximo a nutriz. É seguro, não necessita de fabricação, preparo, envase ou transporte. É alimento completo, específico para a espécie humana e totalmente oportuno por estar disponível no tempo e na quantidade adequada, além de incalculável vantagens para o coletivo (família, profissionais da saúde e sociedade como um todo).

O desenvolvimento sustentável tem grande compromisso com a sociedade pois envolve a saúde, educação, igualdade social, proteção, entre temáticas diversificadas, Portanto, o aleitamento materno cabe em cada um dos objetivos do desenvolvimento sustentável, mas fortemente apontado no primeiro objetivo intitulado como “Erradicação da pobreza”, em razão de ser crucial a garantia do direito humano a alimentação adequada (GRAÇA, 2016).

Questiona-se Qual o papel do aleitamento materno para o desenvolvimento sustentável e social?

## **OBJETIVO**

Identificar as contribuições do aleitamento materno versus o desenvolvimento sustentável e social

## **MATERIAIS E METÓDOS**

Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada nas websites utilizando o Google como ferramenta de busca. Foram utilizando os descritores: Aleitamento Materno e objetivos do desenvolvimento sustentável.

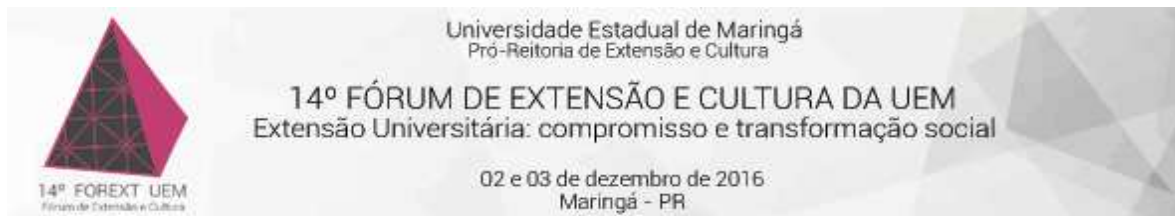
## **DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Após leituras e fichamentos de trabalhos disponíveis em website, foram selecionados 11 artigos que disseminam as ideias de desenvolvimento sustentável versus amamentação, destes cinco textos sustentavam a temática (IBFAN, 2016; GRAÇA, 2015; LAKE; CHAN, 2016; GIUGLIANI, 2016; WABA, 2016).

Os materiais produzidos pela World Alliance for Breastfeeding Action (WABA) e IBFAN foram as organizações que deram sustentabilidade a este tema. A WABA é uma rede mundial que abriga organizações e indivíduos que acreditam que amamentar é um direito de todas as mulheres e crianças. IBFAN é uma Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar, ambas visam proteger, promover e apoiar esse direito (WABA, 2016 IBFAN, 2016).

De acordo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o aleitamento materno é o alimento mais importante para o bebê até o sexto mês de vida e complementar até os dois anos de idade (BRASIL, 2002). Além de inúmeras vantagens para mãe e para o bebê, o ato de amamentar está totalmente relacionado ao desenvolvimento sustentável (REDE BRASILEIRA DE BANCOS DE LEITE, 2016).

A amamentação é a chave para este desenvolvimento, visto que, atende as necessidades do bebê sem comprometer a capacidade das gerações futuras (MOURIN,2015).



Neste contexto, no ano de 2016 a Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM) trouxe como tema a correlação do aleitamento materno com o desenvolvimento sustentável, com vistas a um presente saudável e um futuro sustentável (COLAMEO, 2016).

O aleitamento materno (AM), a Estratégia Global para Alimentação de Lactentes e Criança de Primeira Infância e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estão relacionados. O AM erradica pobreza; previne a fome; a desnutrição e a obesidade por ser uma fonte natural. Melhora a saúde da criança e da mulher lactante; promove o desenvolvimento cerebral e cognitivo por meio da qualidade nutricional. Fornece empoderamento à mulher e sua estabilidade no trabalho. Até os seis meses de vida do bebê, é um alimento sem necessidade de complementação; é livre de contaminação ambiental, menor desperdício de alimentos e produz menos poluentes. É um direito humano e socialmente reduz a desigualdade social. (LAKE; CHAN, 2016; REDE BRASILEIRA DE BANCOS DE LEITE HUMANO, 2016).

Em suma o aleitamento materno, se enquadra nas metas do desenvolvimento sustentável – acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, assegurar uma vida saudável, promover bem estar a todos, garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, alcançar a igualdade de gênero, garantir acesso a meios sustentáveis como a água e energia atendendo todos os objetivos de desenvolvimento sustentável (HERRERO, 2016).

A amamentação impacta positivamente na redução de desnutrição, mortalidade infantil, obesidade e doenças crônicas. É um alimento saudável, balanceado e seguro, não polui o ambiente, por não necessitar da cadeia produtiva de energia, transporte, fabricação, envase e venda, não gera custos, colabora com a diminuição do consumismo e modismo, além de não gerar substâncias e resíduos nocivos ao ambiente (REDE BRASILEIRA DE BANCOS DE LEITE, 2016).

Portanto, amamentar promove o crescimento econômico e social sustentável, melhora a qualidade de vida, intensifica as relações sociais, proporciona segurança alimentar e nutricional, além de reduzir impactos ambientais. Vale ressaltar que amamentar é a chave da sustentabilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A amamentação é uma prática natural, fortemente influenciada pela cultura, vinculada a impactos que envolvem a sociedade, dentre eles o desenvolvimento sustentável.

Dentro da sustentabilidade, a amamentação só traz pontos positivos, pois o alimento está pronto para o consumo. Utiliza os recursos naturais e fisiológicos da mulher, não é obtido por meio de uso de energia, não polui, nem produz resíduos ambientais.

Amamentar é “atender à necessidade presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

## REFERENCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos. Brasília (DF): 2002. Disponível em: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/media/cartilhasmam.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

COLAMEO, A. J. Aleitamento materno: presente saudável, futuro sustentável. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 20 jul. 2016. Semanal. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2016/aleitamento-materno-presente-saudavel-futuro-sustentavel>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

FONSECA, L. M.M.; SCOCHI, C. G. S. Alimentação. Cuidados com o bebê prematuro: orientações para a família. 4. ed. Ribeirão Preto: Fierp, 2015. cap. 2. p. 22-34.

GRAÇA, F. C. A. Semana Mundial do Aleitamento Materno 2016: Aleitamento Materno presente saudável e futuro sustentável. São Paulo: IBFAN Brasil, 2016. 2 p. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/1-A-Semana-Mundial-do-Aleitamento-Materno-2016-traz-um-tema-amplio-e-que-vem-de-encontro-com-a-situacao-atual-do-mundo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

HERRERO, L. Entrevista – Semana Mundial de Amamentação. 2016. Pastoral da Criança. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/images/temas/1296-semana-mundial-da-amamentacao/1296-entrevista-luciana-herrero-amamentacao.pdf.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016. Folder SMAM 2016

LAKE, A.; CHAN, M. Breastfeeding: A Key to Sustainable Development. UNICEF and WHO joint message for World Breastfeeding Week 2016 IBFAN. Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar. 2016. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/eventos/smam/folder-smam-2016-presente-saudavel-futuro-sustentavel.html>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MOURIN, J. Amamentação: uma chave para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Rede Nacional Primeira Infância. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/22517/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS DE LEITE. Semana Mundial de Aleitamento Materno 2016 Amamentação: uma chave para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Comunicação e Informação. Notícias. Disponível em: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1868&sid=368>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SILVA, L. R.; GIUGLIANI, E. Amamentação, economia e sustentabilidade. Bahia: Correio Braziliense, Amamentação, 2016. 3 p. Disponível em: <[http://www.sbp.com.br/src/uploads/2016/08/Correio-Braziliense\\_amamentao.pdf](http://www.sbp.com.br/src/uploads/2016/08/Correio-Braziliense_amamentao.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

WABA. World Alliance for Breastfeeding Action. World Breastfeeding Week. 2016. Disponível em: <<http://worldbreastfeedingweek.org/downloads.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2016

## Sessão 7 – Texto 142

### Fatores que interferem na decisão e duração do aleitamento materno

Área Temática: Saúde.

**Bruna Rodrigues de Souza<sup>1</sup>, Francieli S. de Oliveira Trombelli<sup>2</sup>, Grazielle Adrielle Rodrigues Pires<sup>3</sup>, Rafaela Carolina Nascimento Filus<sup>4</sup>, Camila Borgi Rodrigo<sup>5</sup>, Sueli Mutsumi Tsukuda Ichisato<sup>6</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Enfermagem, bolsista de extensão – DEN/UEM, contato: bruna\_rsouza1@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: fran\_trombelli@hotmail.com

<sup>3</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: grazielle\_rodriguespires@hotmail.com

<sup>4</sup>Aluna do curso de Enfermagem – DEN/UEM, contato: rafa\_filus@hotmail.com

<sup>5</sup>Aluna da Pós-Graduação em Enfermagem – DEN/UEM, contato: cami\_borghini@hotmail.com

<sup>6</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Enfermagem, coordenadora do projeto de extensão "Atuação do Acadêmico de Enfermagem no BLH/HURM" – DEN/UEM, contato: sichisato@hotmail.com

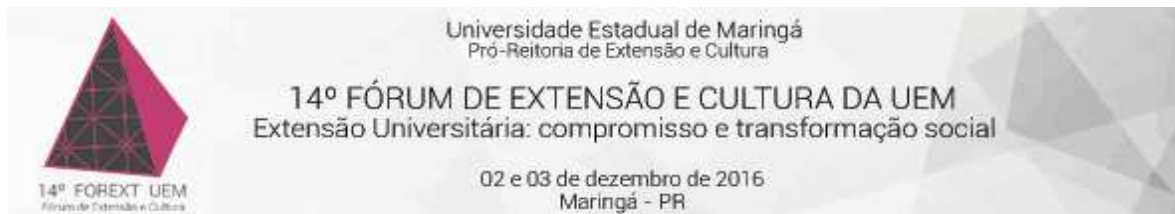
**Resumo.** *Objetivo do estudo foi analisar os principais motivos que interferem nas decisões das mães em amamentar e as razões que levam ao desmame precoce. Trata-se uma revisão integrativa, embasado em artigos publicados e indexados nas bases de dados BIREME, LILACS, MEDLINE, SCIELO, e outras formas de publicações. Foram utilizadas como palavras-chaves: Fatores de risco, aleitamento materno e desmame precoce. Pode-se identificar que 52 dos artigos respondiam a questão norteadora. O desmame precoce, esta relacionado a falta de instrução por parte das mães, nível sociocultural, condições habituais, além das patologias relacionadas ao aleitamento materno.*

**Palavras-chave:** *Fatores de risco – Aleitamento materno – Desmame precoce*

## INTRODUÇÃO

O leite materno é o alimento ideal para o lactente, principalmente até os seis primeiros meses de vida. É rico em vitaminas, gorduras, minerais e principalmente em anticorpos. São componentes fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da criança. Estudos evidenciam que o aleitamento materno diminui a incidência de doenças infecciosas e a mortalidade infantil (SILVA; MOURA; SILVA, 2007; FROTA et al., 2009).

A Organização Mundial de Saúde preconiza que o aleitamento materno seja exclusivo até o sexto mês e complementado até os dois anos de vida, pois supre todas as necessidades do bebê. No entanto, condições de nascimento da criança, período pós-parto, situações habituais de vida, trabalho materno, entre outros motivos são fatores que atuam negativamente no sucesso da amamentação. De acordo com algumas pesquisas as mães que mais obtiveram sucesso no aleitamento materno foram mulheres casadas, com experiência anterior positiva em amamentar, mais instruídas e que receberam apoio paterno durante o período de amamentação (BRASIL, 2002; FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006).



O estilo de vida, a cultura e a influência da sociedade são os motivos que interferem na decisão das mães amamentarem os seus bebês. É preciso divulgar aos pais os benefícios do leite materno para a criança e os malefícios que o desmame precoce pode causar. Entretanto, mesmo comprovando a importância do aleitamento materno, a prevalência do desmame precoce ainda é uma realidade (SILVA; MOURA; SILVA, 2007).

É preocupante a prática inadequada de complementação alimentar, como a introdução de alimentos não nutritivos precocemente, que desencadeia problemas de crescimento e desenvolvimento, além de aumentar o risco de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos. O Ministério da Saúde informa que crianças entre os seis e os 24 meses de idade são as que mais sofrem ameaças, em termos nutricionais, na transição da amamentação exclusiva para o consumo da mesma dieta familiar (ARAÚJO et al., 2008).

Apesar da divulgação da importância do leite materno, a facilidade das informações nas redes sociais, nas mídias e a ocorrência da alta prevalência de desmame precoce questiona-se: “Quais os fatores que interferem na decisão e duração do aleitamento materno?”.

O objetivo deste estudo foi de analisar os principais motivos que interferem nas decisões das mães em amamentar e as razões que levam ao desmame precoce.

## **METODOLOGIA**

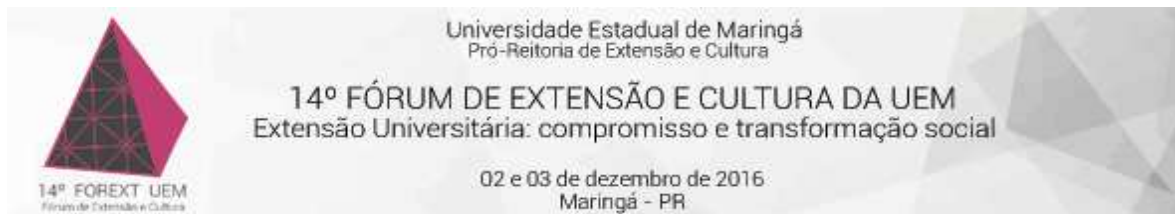
Trata-se de uma revisão integrativa, realizado nas bases de dados BIREME, LILACS, MEDLINE, SCIELO e outras formas de publicações. Para a busca utilizou-se as palavras-chaves: fatores de risco; aleitamento materno e desmame precoce. Os critérios de inclusão foram: artigos na íntegra, que respondesse a questão norteadora.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao realizar a pesquisa foram encontrados 249 artigos, dentre esses 110 tinham os textos completos disponíveis. Desses 54 artigos respondiam a questão norteadora da pesquisa, três artigos foram publicados em duplicatas em bases de dados diferentes, totalizando 51 artigos. A maioria dos artigos era na língua portuguesa.

Na tentativa de compreender o desmame precoce e os problemas relacionados a amamentação, identificou-se inúmeros fatores que interferem no aleitamento materno, dentre eles estão: a experiência negativa em amamentar; desconhecimento e falta de apoio na prática do aleitamento materno ou até mesmo por ser a primeira gestação. A influência da situação socioeconômica, pois em países desenvolvidos as mães amamentam por muito mais tempo, em virtude do maior grau de instrução, pela facilidade ao acesso de informações sobre as vantagens do aleitamento materno (BRASIL, 2002; FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006). No entanto, em países com pouco desenvolvimento, as mães de classes menos favorecidas e com menor instrução, iniciam com atraso o pré-natal e como consequência decidem tardiamente amamentar (FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006).

O desmame precoce é 12,6% maior em mães com até sete anos de estudo em relação as mães com 11 anos ou mais de instrução (BEZERRA et al., 2012); entre mulheres trabalhadoras, ou seja, nas classes menos favorecidas, pois necessitam voltar ao



trabalho. Outros fatores como a situação conjugal, falta de apoio familiar e problemas com a auto-imagem também desencadeiam o desmame.

As mães mais jovens tem menor índice de duração do aleitamento. Nas adolescentes além da pouca idade, a falta da autoconfiança, a carência de apoio das próprias mães ou familiares mais próximos, o egocentrismo próprio da idade, problemas com a auto-imagem, freqüentemente causam menor índice de aleitamento (FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006).

É importante ressaltar o desmame precoce devido a depressão pós parto. Nesta situação a prevalência do abandono do aleitamento materno exclusivo aos 30, 60 e 120 dias pós-parto é de 53,6%, 47,6% e 69,6%, respectivamente (MACHADO et al., 2014).

Fatores verbalizados como “falta de leite”, “leite fraco”, problemas mamários e a recusa do peito por parte da criança, fazem com que as mães introduzam mamadeira ou chupetas, alimentos inadequados para a idade da criança e leites artificiais, levando ao desmame precoce (FERREIRA; SILVA; RIBEIRO, 2001).

As intercorrências clínicas durante o período da amamentação como: a dor que interfere no reflexo de ejeção do leite; o ingurgitamento mamário (acúmulo de leite, edema decorrente da congestão, obstrução da drenagem do sistema linfático e do fluxo do leite); a mastite (processo inflamatório dos segmentos da mama que bloqueia o ducto); as fissuras mamilares, decorrente da pega e sucção incorreta da criança são situações que antecedem o desmame precoce (GIUGLIANI, 2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que todos esses fatores levam ao desmame precoce associados a outras situações ligadas ao ambiente, a cultura, a personalidade e as emoções maternas.

Portanto é importante não generalizar a capacidade de amamentar, sem antes analisar as variáveis contextuais. É preciso que a mãe esteja adequadamente informada diante das suas dúvidas e dificuldades. Cabe ao profissional de saúde realizar uma escuta ativa, na tentativa de ouvir, entender e esclarecer respeito da anátomo- fisiologia, crenças e tabus, com vistas a acolher a lactante.

Amamentar não é tão fácil e "romântico" como a fotografia e a literatura mostram. O processo perpassa por muitos sofrimentos de dor física e emocional, que deixam de ser relatados nos artigos científicos. Eis uma lacuna a ser preenchida nos meios científicos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O.D.; CUNHA, A.L.; LUSTOSA, L.R.; NERY, I.S.; MENDONÇA, R.C.M.; CAMPELO, S.M.A. Aleitamento materno: Fatores que levam ao desmame precoce. **Rev. Bras Enferm.**, v. 61, n.4, p. 488-92, Jul./Ago. 2008.

BEZERRA, V.L.V.A.; NISIYAMA, A.L.; JORGE, A.L.; CARDOSO, R.M.; SILVA, E.F.; TRISTÃO, R.M. Aleitamento materno exclusivo e fatores associados a sua interrupção precoce: estudo comparativo entre 1999 e 2008. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 30, n.2, p. 173-79, 2012.



BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Norma brasileira de comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância, bicos, chupeta e mamadeiras**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002

FALEIROS, F.T.V.; TREZZA, E.M.C.; CARANDINA, L. Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce. **Rev. Nutr.** v. 19, n.5, p. 623-30, 2006.

FERREIRA, E.S.; SILVA, C.V.; RIBEIRO, C.A. Desmame precoce: motivos e condutas alimentares adotadas pelas mães de crianças atendidas na consulta de enfermagem, no Centro Assistencial Cruz de Malta. **Rev. da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**, v.1, n.0, p. 41-50, 2001.

FIGUEIREDO, M.C.D.; BUENO, M.P.; RIBEIRO, C.C.; LIMA, P.A.; SILVA, I.T. Banco de leite humano: o apoio à amamentação e a duração do aleitamento materno exclusivo **Journal of Human Growth and Development**, v.25, n.2, p. 204-10, 2015.

FROTA, M.A.; COSTA, F.L.; SOARES, S.D.; FILHO OAS, ALBUQUERQUER CM, CASIMIRO CF. Fatores que interferem no aleitamento materno. **Rev. Rene**, v.10, n.3, p.61-7, 2009.

MACHADO, M.C.M.; ASSIS, K.F.; OLIVEIRA, F.C.C.; RIBEIRO, A.Q.; ARAÚJO, R.M.A.; CURY, A.F.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, S.C. Determinants of the exclusive breastfeeding abandonment: psychosocial factors. **Rev. SaúdePública**, v.48, n.6, p. 985-994, 2014.

SILVA, M.B.C.; MOURA, M.E.B.; SILVA, A.O. Desmame precoce: representações sociais de mães. **Rev. Eletr Enferm.** v.9, n.1, p. 31-50, 2007.

GIUGLIANI E.R.J. Problemas comuns na lactação. *Jornal de Pediatria – Vol. 80, N°5 (sulp)*, 2004.



## Sessão 7 – Texto 041

### **Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior** Área Temática: Educação

**Sara Fabrício dos Santos<sup>1</sup>, Dharly Priscilla de Oliveira<sup>2</sup>, Lucas Galvão Portilho<sup>3</sup>,  
Maria Patrícia Gavião dos Santos<sup>4</sup>, Lorena Sarache,<sup>5</sup> Yuri Kateivas dos Santos<sup>6</sup>,  
Celma Regina Borghi Rodriguero<sup>7</sup>, Maria Terezinha Bellanda Galuch<sup>8</sup>, Tânia dos  
Santos Alvarez da Silva<sup>9</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do Curso Psicologia, bolsista PIBIS/FA-UEM. sara2fabricio@gmail.com

<sup>2</sup>Aluna do Curso de Direito, bolsista PIBIS/FA-UEM. dharlyoliveira@gmail.com

<sup>3</sup>Aluno do Curso de Psicologia, bolsista PIBIS/FA-UEM. lucas\_galvao\_15@hotmail.com

<sup>4</sup>Aluna do Curso de Pedagogia, bolsista PIBIS/FA-UEM. mariapatricia.st@gmail.com

<sup>5</sup>Aluna do Curso de Letras. UEM. sarachelorena@gmail.com

<sup>6</sup>Aluno do Curso de Letras . UEM. yurikateivas@hotmail.com

<sup>7</sup>Prof. do Depto de Teoria e Prática da Educação – DTP/UEM. crbrodriguero@uem.br

<sup>8</sup>Prof.<sup>a</sup> do Depto de Teoria e Prática da Educação – DTP/UEM. mtbgaluch@uem.br

<sup>9</sup>Prof.<sup>a</sup> do Depto de Teoria e Prática da Educação – DTP/UEM. tsasilva@uol.com.br

**Resumo.** *O projeto Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior desenvolve recursos didáticos com o intuito de favorecer a aprendizagem de acadêmicos com deficiência e em condições de necessidades educacionais especiais. Dentre as ações realizadas estão a digitalização de textos para leitura em tela, impressão de textos e avaliações acadêmicas em braile e fonte ampliada, produção de vídeos com interpretação em libras, produção de materiais didáticos com imagens em relevo. Em 2016, foram atendidos 14 alunos da graduação e três da pós-graduação.*

**Palavras-chave:** *recursos didáticos alternativos, mediação humana, necessidades educacionais especiais.*

## 1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade no ensino superior é um direito previsto na Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)” (BRASIL, 2015), bem como no Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências” (BRASIL, 2011). Em sintonia com tal legislação e visando garantir Caminhos alternativos e recursos especiais, tal como sugere Góes (2002), para que os acadêmicos com deficiência e necessidades educacionais especiais tenham pleno acesso ao conhecimento, este projeto realiza adaptações em materiais didático-pedagógicos utilizados nas disciplinas dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Teóricos interacionistas apontam a mediação humana como condição para a



aprendizagem e, conseqüente, para o desenvolvimento. Para Vigotsky (2003), os processos humanos têm gênese nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural.

Tendo em vista que o homem é um ser social, desde os meses iniciais de vida, a criança depende daqueles que os cerca para se apropriar da cultura produzida pelas gerações precedentes e disponíveis socialmente. Tanto as aquisições mais elementares quanto as mais complexas são conquistadas por meio da mediação humana. Pela linguagem, um sistema simbólico, e pelos instrumentos físicos, criados pelo e para o ser humano, nas diferentes etapas da vida, cada novo membro da espécie se apropria do conhecimento que vai lhe permitir viver plenamente em seu tempo histórico, beneficiando-se dos elementos da cultura universal.

A linguagem se apresenta como um canal privilegiado para favorecer os processos de mediação. Em outros termos, o acesso pleno à linguagem se apresenta como condição para o desenvolvimento humano. A esse respeito Leontiev afirma:

A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórica do homem, a experiência histórico-social, não está consolidada somente nas coisas materiais; está generalizada e reflete-se de forma verbal na linguagem. E precisamente nesta forma a criança acumula o conhecimento humano, os conceitos sobre o mundo que a rodeia (LEONTIEV, 2003, p. 72-73).

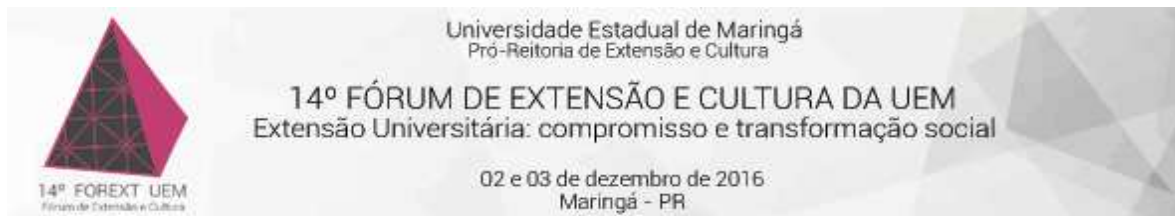
Com relação ao processo de apropriação do conhecimento e, portanto, do desenvolvimento das funções complexas do pensamento, é possível afirmar que as leis gerais são as mesmas para todos os sujeitos. Contudo, com base em ideias de Vigotsky, Góes (2002) afirma que há peculiaridades na organização sociopsicológica do indivíduo com deficiência e que seu desenvolvimento requer caminhos alternativos e recursos especiais.

Portanto, diante da condição de deficiência, é preciso criar formas culturais singulares que permitam explorar caminhos alternativos de desenvolvimento, que implicam o uso de recursos especiais (GÓES, 2002, p. 100).

Em situação de deficiência ou de necessidades educacionais especiais, o sujeito afetado por uma condição especial, permanente ou temporária, necessita ativar mecanismos de compensação/superação. Assim, a condição especial atua como o combustível para a superação de dificuldades. Contudo, o mecanismo de compensação, via de regra, não resulta de um processo espontâneo, mas de condições criadas, ou seja, o desenvolvimento depende das condições concretas oferecidas pelo grupo social, que podem ser adequadas ou insuficientes.

A compensação implica em se criar formas que levem ao desenvolvimento, vias colaterais de desenvolvimento, com emprego de meios sensoriais não comprometidas pela deficiência, de instrumentos psicológicos, de recursos adaptados (materiais, curriculares, metodológicos). A superação de limites impostos por condições biológicas adversas (deficiência sensorial, neuromotora, intelectual e outras) pode ser explicada pela plasticidade neuropsicológica.

A mediação oportunizada aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais requer técnicas pedagógicas especiais, bem como recursos didáticos adaptados



às necessidades do aluno em condição especial. Nesse sentido, faz-se necessário sistematizar a produção de matérias adaptados, bem como discutir as estratégias de mediação que melhor atendem às necessidades desses alunos.

### **3. O ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

Na Universidade Estadual de Maringá, o atendimento ao acadêmico com necessidades educacionais especiais, visando garantir o ingresso, permanência e terminalidade dos estudos, é realizado pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (Propae), cuja criação data do ano de 1994. Este Programa atende àqueles que, temporária ou permanentemente, “têm alterada, por exemplo, a locomoção, fala, visão, audição, coordenação motora, a interação social, comunicação recíproca etc.” (PROPAE, 2016, p. 1) e necessitam de alternativas para o acesso pleno aos conteúdos de estudos nas diferentes disciplinas.

Dentre as ações, o Propae, por meio de projetos de ensino e extensão, realiza digitalização de textos e avaliações para leitura em tela ou impressão em braile, impressão de textos e avaliações em braile e impressão de textos e avaliações em fonte ampliada (PROPAE, 2016). É com o intuito de concorrer para viabilizar esse atendimento que o projeto *Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior* foi criado e tem desenvolvido suas atividades. As atividades do projeto são desenvolvidas mediante estudos teóricos sobre meios alternativos e adaptação de materiais didático-pedagógicos para pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, bem como realização das referidas adaptações. Durante o ano de 2016 foram adaptados materiais para 14 acadêmicos da graduação, dos cursos de Enfermagem, Ciência da Computação, Ciências contábeis, administração, filosofia, Letras, Pedagogia, Biomedicina, Ciências Biológicas, História, Farmácia e Engenharia Elétrica. Também foram atendidos pós-graduandos dos seguintes programas de pós-graduação: Programa de pós-graduação em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, e Programa de pós-graduação em Educação.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 nov. 2011, Seção 1, Edição Extra, p. 5 (republicação).

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, n. 127.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T.



R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 95-114.

LEONTIEV, A. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 59-76.

PROPÆ. Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais. Propæ. Maringá: Propæ, 2016.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 1-18.

## Sessão 7 – Texto 067

### **Extensão Universitária: intervenções frente ao cenário de problemas de escolarização e medicalização em Maringá** Área Temática: Educação

**Luiz, D. L.<sup>1</sup>, Rosana A. A. B.<sup>2</sup>, Silvana C. T.<sup>3</sup>, Daiane de O. N.<sup>4</sup>, Gláucia R. da S.<sup>5</sup>,  
Rafael B. da S. de O.<sup>6</sup>**

<sup>1</sup>Psicólogo Escolar – UPA/UEM, contato: ldleal@uem.br

<sup>2</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: raalbuquerque@uem.br

<sup>3</sup>Prof.<sup>a</sup> Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: silvanatuleski@gmail.com

<sup>4</sup>Aluna do curso de Psicologia, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: daianeoneves@gmail.com

<sup>5</sup>Aluna do curso de Psicologia, bolsista de extensão UEM, contato: glaucia.silva358@gmail.com

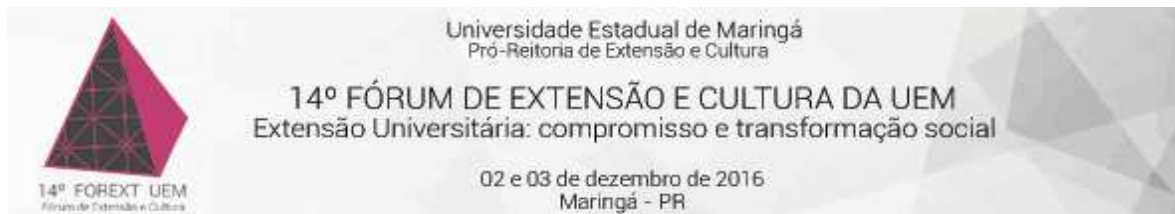
<sup>6</sup>Aluno do curso de Psicologia, contato: rafael\_oliveirabs@hotmail.com

**Resumo.** *Nos dias atuais, há um crescente número de crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem e com o diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A medicalização está posta como solução imediata, justificada por uma compreensão orgânica desses fenômenos. Para o enfrentamento desta demanda, o projeto de extensão “Atendimento Psicoeducacional a crianças com problemas de escolarização e TDAH” oferece um tratamento diferenciado com o objetivo de desenvolver as funções psicológicas superiores. O projeto de extensão está embasado na Psicologia Histórico Cultural, que rompe com o olhar biologizante, compreendendo o sujeito como síntese de múltiplas determinações. Ademais, defende transformações na educação tornando-a mais justa e comprometida com o desenvolvimento das potencialidades humanas.*

**Palavras-chave:** *Problemas de escolarização – Medicalização – Psicologia Histórico Cultural*

#### **PROBLEMAS DE ESCOLARIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA**

O Projeto de Extensão “Atendimento Psicoeducacional a crianças com problemas de escolarização e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)” insere-se no amplo debate da medicalização da infância, especificamente no contexto escolar. O processo de medicalização teve sua origem no final do século XIX, quando as ciências médicas e humanas, incluindo a psicologia, utilizaram seus conhecimentos e recursos para legitimar o sistema capitalista, embasados no positivismo. O caminho adotado foi o de enfatizar aspectos individuais como forma de explicação do fenômeno e do sujeito, almejando a normalidade. No universo escolar, por exemplo, as crianças que não conseguiam aprender como as outras eram consideradas anormais e supostamente portadoras de algum distúrbio orgânico (PATTO, 2010).



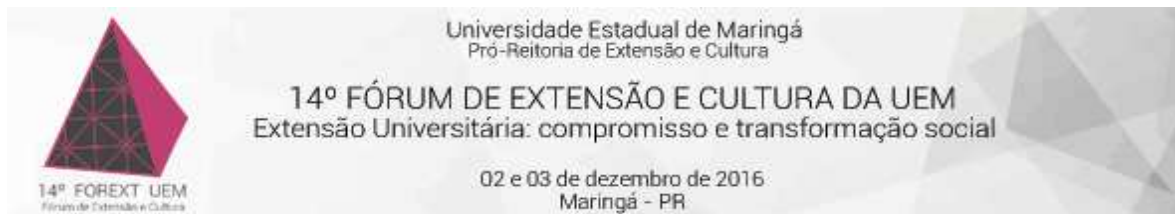
Essa compreensão naturalizada dos problemas escolares perdura nos dias atuais, permeada de incertezas, como no caso do TDAH. Os critérios de diagnóstico para o TDAH são listados no DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais): desatenção; hiperatividade; e impulsividade. Eles são avaliados pela observação dos pais e professores. Todavia, essa avaliação não considera o processo de desenvolvimento da criança, por essa razão, muitas vezes, propõe como intervenção o uso de medicamentos para o tratamento do TDAH (EIDT; FERRACIOLI, 2010).

Destaca-se que a queixa está engendrada no processo de escolarização e na tríade aluno, escola e família. Os profissionais da educação, na busca da resolução do problema, encaminham as crianças para os profissionais da saúde, a fim de receberem um diagnóstico que revele a dificuldade (distúrbio/deficiência), para dirigi-las às classes especiais (MOYSÉS; COLLARES, 2010), agora Sala de Recursos Multifuncionais.

A despeito desse posicionamento, um novo olhar se mostra quando nos voltamos à Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada nos estudos de L. S. Vigotski, A. R. Luria e A. N. Leontiev. Essa psicologia, a partir do método materialista histórico dialético, rompe com o olhar biologizante e compreende o sujeito, concreto, como síntese de múltiplas determinações. Destarte, o sujeito deve ser entendido, historicamente, em sua totalidade e essência (VIGOTSKI, 1995). Do mesmo modo, os problemas de escolarização e o TDAH, devem ser explicados a partir de uma análise criteriosa, elegendo categorias abstratas, almejando alcançar a essência do fenômeno.

Para a realização de tal análise se faz necessária a compreensão da historicidade do psiquismo humano. Vigotski (1995) defende que as mudanças radicais na sociedade, nas relações e na vida material produzem mudanças na consciência e no comportamento do sujeito. Tais mudanças resultam no processo de desenvolvimento do psiquismo humano que ocorre por meio da atividade social, tendo por mediação instrumentos que se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade. O desenvolvimento do psiquismo se dá conforme as funções psicológicas elementares (inatas) vão sendo superadas pelas funções psicológicas superiores (atenção voluntária, memória lógica, abstração, controle voluntário do comportamento, formação de conceitos). Destaca-se que essa superação envolve o processo educativo mediante o ensino sistematizado. É nesse processo, mediado pela linguagem simbólica, que a criança adquire controle de suas próprias funções psicológicas (VIGOTSKI, 1995).

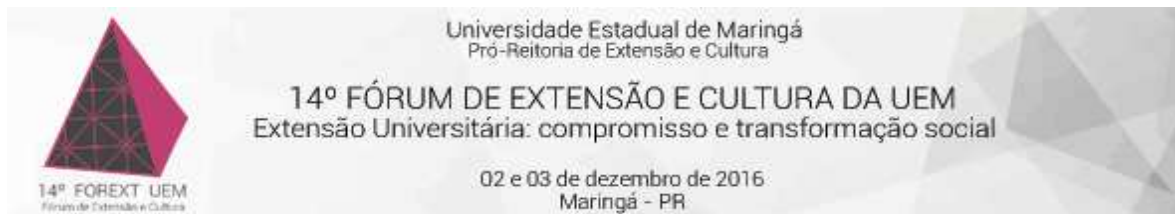
## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: COMPROMISSO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL FRENTE AOS PROBLEMAS DE ESCOLARIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA**



Os problemas de escolarização e os elevados índices de diagnóstico do TDAH têm sido amplamente discutidos, polarizando opiniões. O processo de diagnóstico do TDAH vem sendo realizado, muitas vezes, sem uma avaliação psicoeducacional qualitativa que se volte para a origem dos comportamentos, a partir de uma compreensão do desenvolvimento do psiquismo. Comumente, o TDAH é entendido como um problema de ordem exclusivamente biológica, por essa razão o campo médico indica o tratamento farmacológico. O Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza gratuitamente medicamentos como o Metilfenidato. Segundo Moysés e Collares (2010), esse psicotrópico estimulante do sistema nervoso central possui efeitos semelhantes a cocaína. Além disso, o medicamento pode produzir reações adversas graves, que ainda não foram comprovadas cientificamente.

O projeto de extensão aqui apresentado se opõe ao processo de medicalização da infância, realizando uma análise que busca compreender a essência do fenômeno dos problemas de escolarização. Assim como considera que a criança deve ter o auxílio do outro para apropriar-se dos conteúdos, pois a aprendizagem se dá inicialmente nas relações sociais e, posteriormente, é internalizada. Esse projeto de extensão existe há 11 anos na Unidade de Psicologia Aplicada (UPA). Conta com a participação de estagiários de Psicologia e com supervisão direta do Psicólogo Escolar da UPA, docentes e demais participantes do projeto. Atualmente é formado por dois grupos com crianças de 6 a 12 anos. Os encontros ocorrem uma vez por semana e tem a duração de 1 hora e 30 minutos. Cada encontro é dividido em três momentos de 30 minutos: conversas iniciais; realização da atividade ou exercício proposto; e realização de jogos direcionados. Os encontros são organizados a partir de conversas sobre a vida da criança: escola, família, amigos, jogos e brincadeiras. Nos grupos são exploradas a trajetória escolar e familiar, assim como as relações entre os participantes para conhecê-los e poder trabalhar na zona de desenvolvimento potencial de cada um deles, ou seja, naquilo que está em vias de aprendizagem. Destaca-se que a maioria dos casos atendidos no projeto não apresenta uma dificuldade intelectual de aprendizagem. Alguns casos apresentam dificuldade na fala e, conseqüentemente, na escrita, com esses o atendimento é realizado em parceria com o atendimento fonoaudiólogo da UPA. Há ainda casos em que a dificuldade de aprendizagem está relacionada a problemas de ordem emocional, com esses o atendimento é realizado em parceria com a área clínica. Todos os casos atendidos esse ano avançaram em termos de compreensão dos conteúdos, principalmente, na leitura, escrita e cálculos matemáticos.

É imprescindível destacar que esse projeto de extensão defende o máximo de desenvolvimento do potencial humano por meio de mudanças na educação e em Políticas Públicas de saúde e educação.



## REFERÊNCIAS

EIDT, N. M.; FERRACIOLI, M. F. O ensino escolar e o desenvolvimento da atenção e da vontade: superando a concepção organicista do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). In: \_\_. MARTINS, L. M.; ARCE, A. (Orgs.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?**: em defesa do ato de ensinar. 2 ed. São Paulo: Alínea, 2010. p. 93-123.

MOYSÉS, M. A. A; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: **Medicalização de Crianças e Adolescentes**: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 71-110.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010. p. 464.

VIGOTSKI, L. S. História do Desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores. In: **Obras Escogidas III**. Madrid, 1995.



## Sessão 7 – Texto 054

### **Descobrimo o Feminismo Negro e seus olhares interseccionais: experiência no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros (NEIAB) Área Temática: Direitos Humanos e Justiça**

**Marivânia Conceição Araújo<sup>1</sup>, Gabriela Catarina Canal<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Prof.<sup>a</sup> do Dpto de Ciências Sociais e Coordenadora do NEIAB, contato: marivaniaaraujo@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Aluna do curso de Direito – Bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: gabrielacatarina11@gmail.com

***Resumo:** Este trabalho tem como objetivo relatar parte das atividades desenvolvidas enquanto bolsista PIBIS/FA-UEM, referente à atuação no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros, sob coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marivânia Conceição Araújo, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016, enfatizando o contato mais aprofundado com o Feminismo Negro, obtido tanto nas reuniões do grupo quanto em seus eventos, com destaque para o III Colóquio sobre Feminismo Negro, realizado em julho de 2016.*

***Palavras-chave:** NEIAB – Feminismo Negro – Colóquio*

## **INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afrobrasileiros (NEIAB-UEM) com lotação no Departamento de Ciências Sociais (DCS) é um grupo composto por docentes da Universidade Estadual de Maringá, alunos/as da graduação e da pós graduação dos mais variados cursos e também pela comunidade externa, que desenvolve atividades relacionadas à cultura afro-brasileira, em defesa de ações afirmativas na modalidade de cotas raciais, além de atuar no combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação.

O NEIAB se consolidou como grupo de estudos e um interlocutor atuante na discussão sobre a população negra. Em dez anos de história, vem promovendo amplos debates sobre a questão racial no Brasil no meio acadêmico e fora dele. A proposta do grupo é promover uma formação mais humanitária, suprimindo os anseios dos acadêmicos/as negros/as que ingressam na Universidade, para que desenvolvam suas pesquisas sobre a temática racial.

O Colóquio Feminismo Negro e a Semana Afrobrasileira são os eventos fixos promovidos pelo NEIAB. O Núcleo também realiza cursos de extensão e o Café Preto, um grupo de estudos realizado sempre no último sábado de cada mês, em que um pesquisador/a é convidado/a para falar sobre sua pesquisa, porém esses encontros são promovidos de modo informal e interativo. Os debates são sempre muito pertinentes e convidativos, pois o NEIAB construiu, ao longo destes dez anos de atividade, um caráter democrático e receptivo.

Enquanto bolsista, diversas atividades foram realizadas. Entre as principais, pode-se citar: A IX Semana Afrobrasileira: “Pensadores negros no Brasil contemporâneo”, realizada em novembro de 2015. O Curso de extensão “Religiões



Afrobrasileiras: Desmitificando Conceitos”, ministrado pelo Prof.º Dr.º Silvio Ruiz Paradiso e o III Colóquio sobre Feminismo Negro: “Diálogos sobre o empoderamento da mulher negra” em homenagem à cantora Elza Soares. Este último, será abordado aqui com maior ênfase por tratar-se do evento a partir do qual surgiu um contato mais aprofundado com o Feminismo Negro.

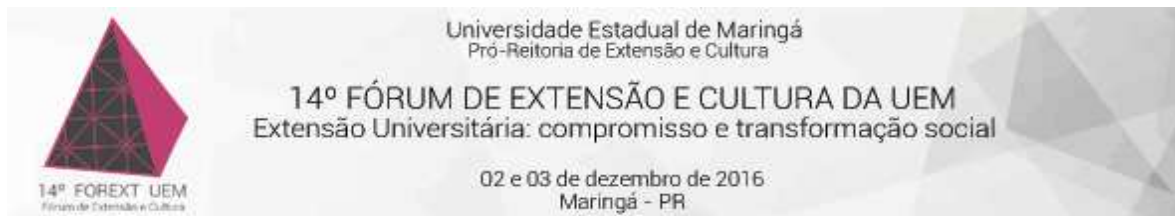
## **DESCOBRINDO O FEMINISMO NEGRO E SEUS OLHARES INTERSECCIONAIS**

Embora já conhecesse um pouco o Feminismo Negro, a experiência de participação da Comissão Organizadora do III Colóquio Feminismo Negro realmente tornou possível uma melhor compreensão sobre a temática, afinal, o Núcleo é coordenado por uma mulher negra, a Prof.ª Dr.ª Marivânia C. Araújo, e dentre os/as integrantes, a maioria é composta por mulheres negras e pesquisadoras, alunas ou professoras, com as quais tive a oportunidade de trabalhar e principalmente, aprender.

Esse maior contato ocorreu tanto através das palestras, mesas redondas e rodas de conversa promovidas durante referido evento quanto ao longo do processo de criação, discussão, e promoção do Colóquio.

A organização iniciou-se em março de 2016. Já na primeira reunião definiu-se o tema, isto é, o empoderamento da mulher negra, e através de reuniões quinzenais, estabeleceu-se o quadro das palestrantes. Os temas abordados no Colóquio foram: a mulher negra e o empreendedorismo, feminismo negro, segregação urbana e marginalização das mulheres negras, o racismo estrutural e os obstáculos ao empoderamento das mesmas e por fim, sobre o empoderamento por meio da arte, utilizando-se do exemplo da cantora Elza Soares, a homenageada pela terceira edição do evento. Tendo em vista o ideal do protagonismo e do “lugar de fala”, as mesas e palestras foram compostas, majoritariamente, por mulheres negras, tanto da comunidade interna quanto da comunidade externa, com destaque para a consulesa da França no Brasil, jornalista e fundadora da ONG Negras Empoderadas, Alexandra Baldeh Loras.

Mas enfim, por que é necessário um feminismo negro? O feminismo não é de todas as mulheres? Pois bem, primeiramente, deve-se pontuar que não existe “feminismo” mas sim “feminismos”. Em razão das especificidades das mulheres, ou seja, da não existência de uma “sujeita universal”, decorrente do ideal de sujeito universal masculino, burguês, europeu, cisgênero, hétero, branco e de classe média ou alta, os feminismos também são plurais e diversificados, como forma de atender às mais variadas experiências do “ser mulher” em sociedade, isto é, os recortes raciais, de gênero, de classe, com relação à religiosidade, faixa etária, etc. Pensando no contexto de sociedades marcadamente machistas, misóginas, sexistas e patriarcais, o fator raça é mais um propulsor de desigualdades. A mulher negra, além de sofrer com o machismo, sofre com o racismo estrutural e institucionalizado, opressões essas que são ainda mais expressivas se adicionados os recortes de classe, tendo em vista que as mulheres negras são também as mais pobres, e o recorte de gênero, isto é, quanto à orientação sexual – mulheres negras, pobres e lésbicas – e em relação à identidade de gênero – trans-mulheres negras e periféricas. Para tornar evidente a especificidade de cada grupo de mulheres é preciso lembrar: em um primeiro momento, para que as feministas brancas pudessem reivindicar seus direitos, as mulheres negras cuidaram das casas e filhos daquelas. As mulheres



brancas militam pelo direito ao aborto, ao passo que em um passado não muito distante, as mulheres negras ainda lutavam pelo direito de ter seus filhos ao seu lado e poder participar cotidianamente do seu processo de criação e educação. E na atualidade, a existência de diferentes demandas persiste, considerando-se que a violência contra os jovens é maior entre os negros.

Como os demais movimentos progressistas sociais no Brasil, o feminismo aprisionou-se em uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, o que ocasionou uma incapacidade de se reconhecer as desigualdades do universo feminino, resultando assim, em estigmatização, silenciamento e invisibilização. Daí a expressão *Enegrecendo o feminismo*, criada para demarcar a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Os condicionamentos de gênero e raça somam-se no aspecto econômico. Segundo o IPEA, em relação à “hierarquia” salarial e de ocupação de cargos expressivos, o homem branco é quem lidera, seguido pela mulher branca. O homem negro vem logo atrás e, por fim, na posição menos privilegiada, está a mulher negra. Ou seja, o mercado de trabalho é um ambiente hostil à mulher negra tal como aponta a interpretação do economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Marcelo Paixão acerca dos dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de 1995 a 2006. Procurando investigar os indicativos sobre o mercado de trabalho a partir de um recorte racial e de gênero, Paixão pontua que as mulheres negras mantêm-se como a maioria no emprego doméstico, apresentam o menor percentual de ocupação assalariada com carteira assinada, e o maior percentual de ocupação não remunerada. (PAIXÃO e GOMES, 2008, p. 959). Deste modo, assim como foi nas primeiras décadas após a abolição da escravidão no Brasil, a mulher negra ainda ocupa, majoritariamente, funções que exigem grande esforço físico e de baixa ou nenhuma remuneração.

Por conseguinte, o feminismo negro, com sua pauta de reivindicações específicas, é essencial na medida em que trata de atribuir o devido local de fala àquelas que realmente possuem a vivência da discriminação racial e de classe. Exatamente por isso, ou seja, pelo fato de eu não ser uma mulher negra, e também pela impossibilidade de se esgotar o assunto em apenas quatro páginas, é que não se fez uma abordagem mais aprofundada. Vale ressaltar que, essas considerações constituem o reflexo do aprendizado obtido a partir da convivência com as integrantes do NEIAB, em especial, com a Marivânia Conceição Araújo, a Eliane Oliveira, Lilian Amorim Carvalho, Rosiany Silva e Eloísa Amaral.

Como em todas as edições anteriores, o evento foi realizado em uma data estratégica. Iniciou-se no dia 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. A palestra da consulesa Alexandra Loras, no quarto dia de atividades, foi um enorme sucesso. Ela falou a partir de suas experiências e vivências, sobre racismo estrutural e o desafio enfrentado por mulheres negras que buscam empoderar-se em meio a uma sociedade machista, patriarcal, racista, conservadora, intolerante e classicista. Além da palestra, Alexandra encontrou-se com o Reitor Mauro Luciano Baesso para discutir ações afirmativas na modalidade de cotas raciais e concedeu diversas entrevistas.



Em todas as atividades do NEIAB, o grupo recebe um *feedback*, com elogios, agradecimentos, sugestões e críticas construtivas. Para tanto, ao fim dos eventos são entregues fichas avaliativas, e é a partir da decodificação e computação destas que o Núcleo estabelece as demandas e metodologias para novas atividades. No Colóquio, não foi diferente e a resposta do público foi muito positiva. Uma expectativa, mas ao mesmo tempo uma grande surpresa foi o grande interesse despertado pelo evento. Nas cinco noites de atividades, a quantidade de presentes excedeu a capacidade do auditório, e muitos participantes tiveram de acompanhar sentados no chão ou mesmo em pé.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do foi exposto, é possível concluir que a experiência obtida através do NEIAB foi extremamente construtiva e essencial à minha formação, tanto pessoal quanto acadêmica. Os saberes e conhecimentos absorvidos permitiram a adoção de uma postura acadêmica mais reflexiva e crítica a respeito das relações raciais e de gênero, fatores que são importantes para as áreas do conhecimento da minha formação universitária.

Nesse sentido, uma das principais contribuições para esse processo de amadurecimento pessoal e acadêmico, foi a atuação como integrante da Comissão Organizadora do III Colóquio Feminismo Negro: Diálogos sobre o empoderamento da mulher negra, em homenagem à Elza Soares, afinal, através do processo de criação e realização do evento foi possível conhecer mais a fundo o Feminismo Negro, sua importância e essencialidade.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados. v. 17, n. 49, 2003. P.117 - 132. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>> Último acesso: 03 Nov. de 2016.

CARVALHO, Lílian Amorim. **Reflexos do feminismo negro: análise de um evento acadêmico na Universidade Estadual de Maringá**. Revista Espaço Acadêmico, n. 185, outubro/2016. Disponível em <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33562>> Último acesso: 24 Out. de 2016.

GOMES, Mara. **Por que um feminismo negro?** Blogueiras Negras. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>> Último acesso em: 24 Out. de 2016.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revistadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Set – dez de 2008. p. 949 – 964. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/14.pdf>> Último acesso: 25 Out. de 2016.

## Sessão 7 – Texto 076

# PROGRAMA PATRONATO: ASPECTOS JURÍDICOS DOS ENCAMINHAMENTOS DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE MARINGÁ

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

João Paulo Marin<sup>1</sup>, Adriele Colantonio Caberlim<sup>2</sup>, Bruno Guilherme Baptistoni<sup>3</sup>, Daniela Dias Ghiraldi<sup>4</sup>, Rafael Pereira<sup>5</sup>, Santiago Querol Pinto<sup>6</sup>, Simone Yuriko Tanaka<sup>7</sup>, Tainara Salviato<sup>8</sup>

<sup>1</sup>Prof.º do Depto de Direito Privado Processual–DPP/UEM, contato: jpmarin@uem.br

<sup>2</sup>Aluna de Direito, bolsista SESP/PR, contato: adrielecolantonio@hotmail.com

<sup>3</sup>Aluno de Direito, não bolsista, contato: bruno\_baptistoni@hotmail.com

<sup>4</sup>Advogada do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: danighiraldi@hotmail.com

<sup>5</sup>Aluno de Direito, não bolsista, contato: rafaelpereir\_a@hotmail.com

<sup>6</sup>Aluno de Direito, não bolsista, contato: santiagoquerol@outlook.com

<sup>7</sup>Advogada do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: simoneyuriko@gmail.com

<sup>8</sup>Aluna de Direito, bolsista da SESP/PR, contato: salviatotainara@hotmail.com

**Resumo.** Este trabalho tem por finalidade apresentar o Programa Patronato de Maringá e seu papel na execução de medidas alternativas à prisão. São expostas providências realizadas pelo órgão, de acordo com as diferentes demandas judiciais, especialmente nos casos de transação penal advindos dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Maringá. Uma equipe multidisciplinar atende e auxilia os assistidos conforme suas necessidades, promovendo ações de inclusão social, fiscalização e acompanhamento do cumprimento de medidas alternativas, como prestação de serviços à comunidade, acompanhamento psicossocial e encaminhamento para tratamentos específicos.

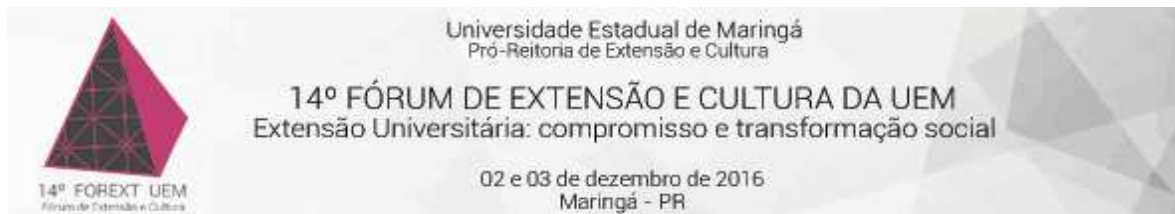
**Palavras-chave:** patronato – medidas alternativas – transação penal

## 1. DO PROGRAMA PATRONATO

O intitulado Programa Patronato da cidade de Maringá consiste em um órgão eminentemente de execução penal em meio aberto, que tem por escopo promover ações de inclusão social, fiscalização e acompanhamento do cumprimento de penas e medidas alternativas. O atendimento pela equipe multidisciplinar, composta pelas áreas de Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Administração, é focado individualmente no assistido, auxiliando-o no cumprimento de sua pena e colaborando com sua reintegração na sociedade.

O Programa atende, entre outros, casos advindos dos Juizados Especiais Criminais. Estes em particular, de acordo com a caracterização dos artigos 2º e 3º da Lei 9.099/95, são delitos de menor complexidade, e sua tramitação orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando a conciliação ou a transação.

O assistido, após efetuar matrícula neste órgão, passa por triagem psicossocial e pedagógica, momento em que serão identificadas em seu relato suas aptidões,



residência, nível de escolaridade e horários disponíveis para o cumprimento da transação penal aceita. Após este momento, a equipe do Programa a depender da medida que deve cumprir, tomará as providências necessárias.

## 2. DA TRANSAÇÃO PENAL E A ATUAÇÃO DO PATRONATO

O instituto da transação penal é um benefício oferecido pelo Ministério Público, quando o delito tem menor potencial ofensivo, no qual o agente se compromete a cumprir medidas alternativas à prisão, como as restritivas de direitos, previstas no art. 44 do Código Penal, para que a denúncia não seja oferecida, o que culminaria no fim do procedimento, nada constando em sua certidão de antecedentes criminais.

A Transação Penal ocorre antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e só pode ser aplicada a delitos de menor potencial ofensivo (contravenções penais e crimes com pena máxima de até dois anos), sendo que o autor da infração, não pode ter condenação em definitivo em pena privativa de liberdade (regime fechado, semiaberto, aberto), nem ter sido beneficiado por transação penal nos últimos cinco anos. Além disso, depende dos antecedentes, conduta social e personalidade, assim, como os motivos e as circunstâncias do crime, conforme dicção do artigo 76, da Lei nº 9.099/95.

Na redação do dispositivo legal supracitado consta que o *Parquet* pode – sendo este um poder-dever – oferecer a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multa, as quais devem ser especificadas no momento da proposta. Essas penas estão previstas no artigo 43 do Código Penal, sendo elas: prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos e limitação de final de semana, assim como outras medidas previstas na legislação extravagante.

O Programa Patronato, na seara da transação penal, possui a competência de fiscalizar a prestação de serviços à comunidade, o acompanhamento psicossocial e encaminhamento para tratamentos, tendo em vista que são essas as medidas aplicadas nos casos encaminhados ao Programa. A primeira medida é executada com o acompanhamento dos assistentes sociais que, após uma conversa com o assistido para obtenção de dados sobre a rotina, fazem o encaminhamento para a prestação de serviço, observando as peculiaridades de cada caso (habilidades, limitações, e proximidade da residência do assistido). O acompanhamento psicossocial é realizado pela equipe de psicologia que, depois da triagem, consistente em uma primeira conversa com o assistido para verificar seu perfil e eventuais necessidades psicológicas, passa a acompanhá-lo periodicamente.

A Lei nº 11.343/06, popularmente conhecida como Lei Antidrogas, traz no seu artigo 28 a previsão do crime de posse de drogas para consumo pessoal, na qual uma das penas aplicadas é a medida educativa de comparecimento à programas ou cursos educativos. Nesse ínterim, o projeto possui competência para a fiscalização da prestação de serviços à comunidade, como referido na transação penal, assim como responsabilidade quanto à medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo, por meio do qual a equipe de psicologia efetua o encaminhamento do assistido ao Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) ou ao Projeto de Atenção aos Dependentes Químicos (PADEQ).

À equipe jurídica, resta a nobre função de criar o elo entre o Poder Judiciário e o Patronato, passar os aspectos jurídicos importantes para as outras áreas que atuam no caso de cada assistido, além de efetuar todo e qualquer tipo de comunicação necessária para informar a justiça o cumprimento da medida ou a situação de inadimplência das obrigações do assistido.

### 3. ESTATÍSTICAS

O Programa Patronato de Maringá, até a data de 21 de outubro de 2016, possuía em atendimento 202 casos provenientes dos Juizados Especiais Criminais de Maringá (JECRIM). Destes casos, 200 foram provenientes de transação penal e apenas 02 foram originários de uma sentença condenatória. Ademais, oportuno é apresentar mais alguns dados coletados em nossos registros:

**Tabela 1. Número de assistidos(as) encaminhados(das) do JECRIM**

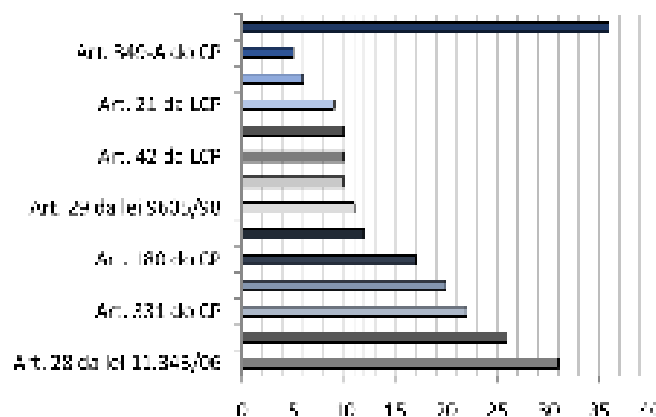
Gênero	Quantidade
Feminino	56
Masculino	154

**Tabela 2. Número de infrações penais a que os assistidos respondem no processo**

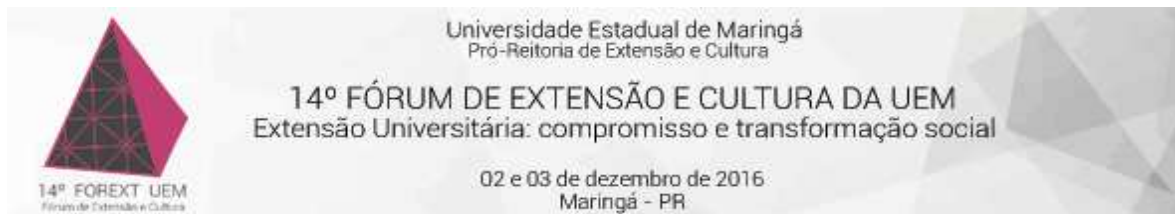
Número de casos	Número de infrações penais
184	1
13	2
5	3

Dos 202 casos, constatou-se tipificações em 34 delitos diferentes, previstos nos artigos 129, 136, 140, 147, 163, 169, 180, 205, 233, 246, 329, 330, 331 e 349-A do Código Penal (CP), artigos 162, 303, 307, 309, 310 e 311 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), artigo 3º da Lei 4.898/65, artigo 28 da Lei 11.343/06, artigos 29, 31, 32, 46, 48 e 65 da Lei 9.605/98 e artigos 21, 34, 40, 42, 47 e 65 da Lei de Contravenções Penais (LCP).

**Gráfico 1. Número de casos por infração penal**



No que concerne as medidas que o Programa Patronato deve fiscalizar, destes 202 casos, 166 possuem como medida a prestação de serviços à comunidade (PSC),



que variam de 03 a 360 horas.

Há também 11 assistidos cuja fiscalização e implementação se referem a acompanhamento psicossocial (AP) oferecido pelo próprio Programa. É importante ressaltar o que há em comum nestes casos: a infração penal imputada a pessoa, prevista no artigo 136 do CP, que se refere à prática de maus tratos, demonstrando uma preocupação por parte do Ministério Público e Juízo em não simplesmente oferecer uma medida qualquer, mas uma que possa colaborar para uma transformação na percepção e reflexão para essas pessoas.

Existem outros 25 casos em que cabe ao Programa Patronato deve encaminhar e fiscalizar a assiduidade dos assistidos junto ao Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) ou ao Projeto de Atenção aos Dependentes Químicos (PADEQ); estes atendem ao artigo 28, inc. III da Lei 11.343/06. Novamente, percebe-se uma preocupação do Judiciário em adequar a pena ao caso em concreto.

Portanto, diante da breve exposição acerca do trabalho realizado pelo Programa Patronato de Maringá, especificamente nos casos encaminhados dos Juizados Especiais de Maringá, percebe-se a união de forças entre o Poder Judiciário e a sociedade para trabalhar em prol da transformação social, nos casos em que a reclusão não se mostra a ferramenta mais adequada, considerando-se todas as mazelas por ela trazidas. Medidas de cunho educativo oportunizam resultados cada vez mais próximos do ideal.

Não se pode olvidar a relevância deste Projeto de Extensão, conforme dados alhures apresentados, haja vista que para seus integrantes a experiência é bastante diferenciada, no sentido de trabalhar com casos aos quais as pessoas geralmente têm aversão, assim como a grata função de auxiliar na resolução de conflitos criminais da maneira menos custosa para o Estado e mais benéfica para o indivíduo que supostamente cometeu o delito, evitando a segregação da vivência social.

## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 25 out. 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)>. Acesso em 25 out. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm)>. Acesso em 26 out. 2016.

Capez, Fernando. *Legislação Penal Especial Simplificado*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



## Sessão 11 – Texto 089

### Controle Populacional de Cães e Gatos

Área Temática: Saúde

**Lucas E. P. Bazilio<sup>1</sup>, Giovana H. Nakadomari<sup>2</sup>, Ailla I. da Cruz<sup>3</sup>, Elenice H. Rodrigues<sup>4</sup>, Marilda O. Taffarel<sup>5</sup>.**

<sup>1</sup>Acadêmico de Medicina Veterinária- UEM/ Câmpus Umuarama- PR. Contato: lucas\_epb@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Câmpus Umuarama- PR. Contato:  
giovana\_hashimoto@hotmail.com

<sup>3</sup>Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Câmpus Umuarama- PR. Contato: ailla\_93@hotmail.com

<sup>4</sup>Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Câmpus Umuarama- PR. Contato:  
andreelenice@hotmail.com

<sup>5</sup>Docente do Curso de Medicina Veterinária- UEM/ Câmpus Umuarama- PR. Contato:  
mtafarel@yahoo.com.br

**Resumo:** *O projeto envolve a saúde humana e o bem estar animal por meio da esterilização cirúrgica de cães e gatos com finalidade de controle populacional, contribuindo com a redução na transmissão de zoonoses, além de trazer benefícios ao próprio animal, na medida em que evita algumas doenças do sistema reprodutor. Durante o período de vigência da bolsa foram realizadas 62 cirurgias, sendo 10 orquiectomias e 52 ovariossalpingohisterectomias. Os objetivos do projeto vêm sendo alcançados, beneficiando a saúde pública da cidade e proporcionando a prática da Medicina Veterinária por esses acadêmicos.*

**Palavras- chave:** *Controle populacional; esterilização.*

## INTRODUÇÃO

O controle populacional de cães e gatos compreende uma série de medidas realizadas com intuito de se manter a saúde pública, restaurando a saúde dos indivíduos e mantendo um ambiente mais saudável (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000). Tais medidas devem ser efetivadas por organizações governamentais, sendo de responsabilidade das mesmas, porém são realizadas na prática tanto por organizações governamentais como por organizações não governamentais (FORTES; ZOBOLI, 2004).

A presença de cães e gatos nas ruas (animais “errantes”) aumentam as chances de disseminação de zoonoses, agressão, acidentes de trânsito e danos à propriedade, comprometendo assim tanto o bem estar humano quanto o bem estar animal (GARCIA, 1996), além do mais, tais animais estão sujeitos à fome, frio, abusos e maus tratos, sendo de grande importância a efetivação de controle populacional para evitar problemas como estes (MOLENTO, 2007). Na tentativa de controle populacional são realizadas esterilizações cirúrgicas de cães domiciliados, eutanásia de cães abandonados e campanhas educativas, sendo difícil estimar a efetividade de tais ações em curto período de tempo (VIARO & PARANHOS, 2002), porém sabe-se que a eutanásia gera despesas aos cofres públicos e não resolve o problema da população canina elevada (SOTO et al., 2006).



Um dos métodos mais utilizados em instituições privadas e de ensino é a esterilização cirúrgica através de ovariossalpingohisterectomia ou ovariectomia em cadelas e gatas, e orquiectomia em cães e gatos, com intuito de controle populacional, mas também prevenindo doenças do trato reprodutor (FERREIRA, 2014).

## **OBJETIVOS**

O objetivo do projeto é conscientizar a população da necessidade do controle populacional, da esterilização cirúrgica de pequenos animais, e oferecer o serviço a custo reduzido, auxiliando as pessoas carentes e reduzindo o abandono na cidade de Umuarama – PR.

## **METODOLOGIA**

O projeto é divulgado através de informações verbais e panfletos para os alunos de Medicina Veterinária e Agronomia e proprietários que frequentam o Hospital Veterinário da UEM.

Os proprietários interessados na esterilização cirúrgica de seus animais realizaram cadastro na secretaria do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Maringá durante todo o período de vigência do projeto. Após o cadastramento, foi realizado contato telefônico e agendamento de consulta pré-operatória de cada paciente (são realizadas no mínimo três ligações antes da desistência, em dias e horários alternados, para então o animal ser retirado da fila). Durante esta consulta, realizada por alunos supervisionados por um professor ou médico veterinário responsável, foi realizada anamnese, exame físico e coleta de sangue para hemograma. Após esta triagem, os animais aptos foram encaminhados para a cirurgia.

Os procedimentos cirúrgicos e anestésicos foram realizados pelos alunos participantes do projeto sob supervisão de professores, utilizando as técnicas tradicionalmente descritas para cães e gatos (machos e fêmeas). O protocolo anestésico foi adequado para a necessidade clínica de cada paciente sempre primando pela segurança e bem estar dos animais. Após o procedimento cirúrgico os animais foram entregues a seus respectivos proprietários com instruções escritas sobre os cuidados pós-operatórios e prescrições de analgésicos e antibióticos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No início da bolsa já havia 107 cadastros de animais para o projeto. Durante a vigência da bolsa, foram cadastrados 188 animais, totalizando 295 (até o dia 15/08/2016). Neste período foram realizadas 233 ligações para proprietários, e 62 animais foram castrados, sendo 10 orquiectomias e 52 ovariossalpingohisterectomias.

Dos animais que não foram castrados (189) 92 não atenderam as ligações, seis animais haviam morrido, 17 não compareceram às consultas, 33 proprietários desistiram por motivos pessoais ou financeiros, e 19 já foram castrados, um foi excluído devido a agressividade, dois por negligência do proprietário, e 19 não estavam aptos para o